

A invenção da escrita e a transformação de um estágio de consciência em outro provocaram mudanças profundas nos processos mentais e nas estruturas sociais. Neste livro, Walter Ong examina e interpreta os estudos sobre as diferenças entre oralidade e cultura escrita realizados nas últimas décadas.

Em geral, o pensamento e a expressão nas culturas orais são altamente organizados, mas de uma forma desconhecida para as pessoas acostumadas à cultura escrita e, muitas vezes, incompatível com ela. Está claro, hoje, que a cultura escrita transforma a consciência ao produzir padrões de pensamento que parecem óbvios e "naturais", mas que só se tornam possíveis quando a mente projeta e internaliza a tecnologia da escrita.

Por fim, avalia alguns efeitos que o novo conhecimento dos contrastes entre oralidade e cultura escrita está tendo - ou deverá ter - sobre a crítica e a teoria literária, incluindo o estruturalismo e o desconstruccionismo, sobre a teoria dos atos de fala e a teoria da recepção, sobre os estudos de mídia, as ciências sociais, os estudos filológicos e bíblicos, e sobre a nossa compreensão acerca de que deve ser a ser humano consciente de si e de outro.



Walter Ong

Oralidade e cultura escrita

# Oralidade e cultura escrita

Walter Ong



**Walter Ong**, S.J., é catedrático na área de estudos humanísticos. Atualmente, é professor de Estudos Humanísticos em Psiquiatria na Universidade de Saint Louis, Missouri, EUA.

"O tema deste livro são as diferenças entre oralidade e cultura escrita. Ou melhor, uma vez que os leitores deste ou de qualquer livro, por definição, estão intimamente familiarizados com a cultura escrita, o tema é, em primeiro lugar, o pensamento e sua expressão verbal na cultura oral – estranha e por vezes extravagante para nós – e, em segundo, o pensamento e a expressão na cultura escrita no que diz respeito a seu nascimento na oralidade e a sua relação com ela."

Walter Ong faz uma avaliação dos efeitos intelectuais, literários e sociais da escrita, assim como da impressão e da tecnologia eletrônica, e revela o forte resíduo oral que marcou, até recentemente, a literatura e o pensamento.

#### A ESCRITA REESTRUTURA A CONSCIÊNCIA

##### *O novo mundo do discurso autônomo*

Um conhecimento mais profundo da oralidade primitiva ou primária permite-nos compreender melhor o novo mundo da escrita, o que ele verdadeiramente é e o que os seres humanos funcionalmente letrados realmente são: seres cujos processos de pensamento não nascem de capacidades meramente naturais, mas da estruturação dessas capacidades, direta ou indiretamente, pela tecnologia da escrita. Sem a escrita, a mente letrada não pensaria e não poderia pensar como pensa, não apenas quando se ocupa da escrita, mas normalmente, até mesmo quando está compondo seus pensamentos de forma oral. Mais do que qualquer outra invenção individual, a escrita transformou a consciência humana.

A escrita estabelece o que tem sido chamado de linguagem "livre do contexto" (Hirsch 1977, pp. 21-23, 26) ou discurso "autônomo" (Olson 1980a), discurso que não pode ser diretamente questionado ou contestado, como o oral, porque foi separado de seu autor.

As culturas orais conhecem uma espécie de discurso autônomo em fórmulas fixas rituais (Olson 1980a, pp. 187-194; Chafe 1982), assim como em vaticínios ou profecias, para os quais o próprio enunciador é considerado apenas o canal, não a fonte. O oráculo délfico não era responsável pelas enunciações oraculares, pois julgava-se ser ele a voz do deus. A escrita, e mais ainda a impressão, possui algo dessa qualidade vática. Como o oráculo ou o profeta, o livro substitui a enunciação de uma fonte, quem realmente “disse” ou escreveu o livro. O autor poderia ser questionado somente se se tivesse acesso a ele. Não existe um meio de refutar diretamente um texto. Depois de uma refutação absolutamente total e devastadora, ele diz exatamente a mesma coisa que antes. Esse é um dos motivos pelos quais “diz o livro” é o equivalente popular de “é verdade”. É também um dos motivos pelos quais se têm queimado livros. Um texto que afirma que tudo que o mundo todo conhece é falso afirmará para sempre a falsidade, enquanto o livro existir. Os textos são inerentemente contumazes.

#### *Platão, escrita e computadores*

A maioria das pessoas fica surpresa, e muitas ficam angustiadas, ao saber que, fundamentalmente, as mesmas objeções feitas em geral aos computadores hoje foram feitas por Platão no *Fedro* (274-277) e na *Sétima Carta* em relação à escrita. A escrita, diz Platão através de Sócrates, no *Fedro*, é inumana, pois pretende estabelecer fora da mente o que na realidade só pode estar na mente. É uma coisa, um produto manufaturado. O mesmo, é claro, é dito dos computadores. Em segundo lugar, objeta o Sócrates de Platão, a escrita destrói a memória. Aqueles que usam a escrita se tornarão desmemoriados e se apoiarão apenas em um recurso externo para aquilo de que carecem internamente. A escrita enfraquece a mente. Atualmente, os pais, assim como outras pessoas, temem que as calculadoras de bolso forneçam um recurso externo para o que deveria ser o recurso interno de tabuadas memorizadas. As calculadoras enfraquecem a mente, aliviam-na do trabalho que a mantém forte. Em terceiro lugar, um texto escrito é basicamente inerte. Se pedirmos a um indivíduo para explicar esta ou aquela afirmação, podemos obter uma explicação; se o fizermos a um texto, não obteremos nada, exceto as mesmas, muitas

vezes tolas, palavras às quais fizemos a pergunta inicialmente. Na crítica moderna ao computador, faz-se a mesma objeção: “Lixo entra, lixo sai.” Em quarto lugar, em compasso com a mentalidade agnóstica das culturas orais, o Sócrates de Platão também defende contra a escrita que a palavra escrita não pode se defender como a palavra natural falada: o discurso e o pensamento reais sempre existem fundamentalmente em um contexto de toma-lá-dá-cá entre indivíduos reais. Fora dele, a escrita é passiva, fora de contexto, em um mundo irreal, artificial. Como os computadores.

*A fortiori*, a impressão está sujeita a essas mesmas acusações. Aqueles que se perturbam com as apreensões de Platão quanto à escrita se sentirão ainda mais inquietos ao descobrir que a impressão criou receios semelhantes quando foi introduzida pela primeira vez. Hieronimo Squarciafico, que na verdade promoveu a impressão dos clássicos latinos, também argumentou em 1477 que a “abundância de livros torna os homens menos atentos” (citado em Lowry 1979, pp. 29-31); ela destrói a memória e enfraquece a mente ao aliviá-la do trabalho árduo (novamente a queixa contra o computador de bolso), rebaixando o sábio em favor do compêndio de bolso. Obviamente, outros viram a impressão como um nivelador bem-vindo: todos se tornam sábios (Lowry 1979, pp. 31-32).

Um ponto fraco da opinião de Platão é que, para tornar mais convincentes essas objeções, ele as pôs por escrito, exatamente como um ponto fraco das opiniões contrárias à impressão está no fato de que seus proponentes, para tornar mais convincentes suas objeções, fazem-nas por meio da impressão. A mesma fraqueza das posições contrárias ao computador está em que, para torná-las mais convincentes, seus proponentes as articulam em artigos ou livros impressos a partir de fitas compostas em terminais de computador. A escrita, a impressão e o computador são todos meios de tecnologizar a palavra. Tecnologizada a palavra, não há um meio convincente de criticar o que a tecnologia fez com ela sem o auxílio da mais alta tecnologia disponível. Além disso, a nova tecnologia não é meramente usada para veicular a crítica: na verdade, ela criou a crítica. O pensamento filosoficamente analítico de Platão, como se viu (Havelock 1963), incluindo sua crítica à escrita, só se tornou possível em virtude dos efeitos que a escrita estava começando a ter sobre os processos mentais.

Na verdade, como mostrou brilhantemente Havelock (1963), toda a epistemologia de Platão era inconscientemente uma rejeição programa-

V  
II  
A  
II  
II  
A  
"   
d  
c  
v  
II  
c  
p  
II  
c  
e  
II  
c  
II  
II  
c  
II  
II

da do mundo da velha vida cotidiana oral, móvel, calorosa, individualmente interativa (representada pelos poetas, a quem ele expulsara de sua República). O termo *idea*, "forma", está fundado no visual e procede da mesma raiz que o latim *video*, "ver", assim como os derivados em língua portuguesa "visão", "visível" ou "vídeo". A forma platônica foi concebida por analogia à forma visível. As idéias platônicas são mudas, imóveis, desprovidas de todo calor, não são interativas, mas isoladas, não são absolutamente partes do mundo cotidiano humano, estão inteiramente acima e além dela. Platão, é claro, não se tinha dado totalmente conta das forças inconscientes que atuavam em sua psique para produzir essa reação, ou reação exagerada, do indivíduo letrado à oralidade subsistente, tardia.

Essas considerações alertam para os paradoxos que cercam as relações entre a palavra falada original e todas as suas transformações tecnológicas. O motivo para as complexidades torturantes aqui é obviamente que a inteligência é inexoravelmente reflexiva, de modo que até mesmo as ferramentas externas que ela usa para implementar seus procedimentos se tornam "internalizadas", isto é, parte de seu próprio processo reflexivo.

Um dos mais notáveis paradoxos inerentes à escrita é sua associação íntima com a morte. Essa associação é insinuada na acusação de Platão de que a escrita é inumana, coisificada, e de que ela destrói a memória. É também muito evidente em inúmeras referências à escrita (e/ou à impressão), encontrável em dicionários impressos de citações, de 2 Coríntios 3:6 – "A letra mata, mas o espírito dá vida" – e da referência de Horácio a seus três livros de *Odes* como um "monumento" (*Odes* iii.30.I) – em que pressagia a própria morte – até a afirmação de Henry Vaughan a *sr* Thomas Bodley, e além dela, de que na Biblioteca Bodleian, em Oxford, "cada livro é teu epitáfio". Em *Pippa passes*, Robert Browning chama a atenção para a prática ainda difundida de pressionar flores vivas até a morte entre as páginas de livros impressos, "*faded yellow blossoms/twixt page and page*". A flor morta, outrora viva, é o equivalente psíquico do texto verbal. O paradoxo está no fato de que a mortalidade do texto, seu afastamento do mundo da vida cotidiana, sua rígida fixidez visual, garante sua durabilidade e seu potencial para ser ressuscitado em contextos vivos ilimitados por um número potencialmente infinito de leitores vivos (Ong 1977, pp. 230-271).

### *A escrita é uma tecnologia*

Platão estava pensando na escrita como uma tecnologia externa, hostil, como muitas pessoas atualmente fazem em relação ao computador. Em virtude de termos hoje interiorizado a escrita, absorvendo-a tão completamente em nós mesmos, de uma forma que a era de Platão ainda não fizera (Havelock 1963), julgamos difícil considerá-la uma tecnologia tal como aceitamos fazer com o computador. No entanto, a escrita (e especialmente a alfabética) é uma tecnologia, exige o uso de ferramentas e outros equipamentos: estiletos, pincéis ou canetas, superfícies cuidadosamente preparadas, peles de animais, tiras de madeira, assim como tintas, e muito mais. Em seu capítulo "A tecnologia da escrita", Clanchy (1979, pp. 88-115) discute detalhadamente a questão no contexto medieval ocidental. A escrita é, de certo modo, a mais drástica das três tecnologias. Ela iniciou o que a impressão e os computadores apenas continuam, a redução do som dinâmico a um espaço mudo, o afastamento da palavra em relação ao presente vivo, único lugar em que as palavras faladas podem existir.

Ao contrário da linguagem natural, oral, a escrita é inteiramente artificial. Não há como escrever "naturalmente". A linguagem oral é completamente natural aos seres humanos no sentido de que todo ser humano que não seja fisiológica ou psicologicamente deficiente aprende a falar, em qualquer cultura. A fala completa a vida consciente, porém chega à consciência emanando das profundezas inconscientes, embora, é claro, com a cooperação tanto consciente quanto inconsciente da sociedade. As regras gramaticais vivem no inconsciente no sentido de que podemos saber como usá-las e até mesmo como construir outras novas sem ser capazes de definir o que elas são.

A escrita, ou registro escrito, como tal, difere da fala pelo fato de que não brota inevitavelmente do inconsciente. O processo de registrar a linguagem falada é governado por regras conscientemente planejadas e inter-relacionadas: por exemplo, um certo pictograma significará uma certa palavra específica, ou *a* representará um certo fonema, *b* um outro e assim por diante. (Não estou negando que a situação escritor-leitor criada pela escrita afete profundamente os processos inconscientes envolvidos na composição na escrita, uma vez que já se tenham aprendido as regras explícitas, conscientes. Voltaremos a essa questão posteriormente.)

Dizer que a escrita é artificial não é condená-la, mas elogiá-la. Como outras criações artificiais e, na verdade, mais do que qualquer outra, ela é inestimável e de fato fundamental para a realização de potenciais humanos mais elevados, interiores. As tecnologias não constituem meros auxílios exteriores, mas, sim, transformações interiores da consciência, e mais ainda quando afetas à palavra. Tais transformações podem ser enaltecedoras. A escrita aumenta a consciência. A alienação de um meio natural pode ser boa para nós e, na verdade, é em muitos aspectos fundamental para a vida humana plena. Para viver e compreender plenamente, necessitamos não apenas da proximidade, mas também da distância. Essa escrita alimenta a consciência como nenhuma outra ferramenta.

As tecnologias são artificiais, mas – novamente um paradoxo – a artificialidade é natural aos seres humanos. A tecnologia, adequadamente interiorizada, não rebaixa a vida humana, pelo contrário, acentua-a. A orquestra moderna, por exemplo, é resultado de alta tecnologia. Um violino é um instrumento, isto é, uma ferramenta. Um órgão é uma máquina enorme, com recursos de força – bombas, foles, geradores elétricos – inteiramente exteriores a seu operador. A partitura de Beethoven para sua *Quinta Sinfonia* consiste em instruções muito precisas a técnicos altamente treinados, que especificam exatamente como usar as ferramentas. *Legato*: não tire seus dedos de uma tecla até que tenha tocado a seguinte. *Staccato*: toque a tecla e tire seu dedo imediatamente. E assim por diante. Os musicólogos sabem muito bem que é inútil fazer objeção a composições eletrônicas como *The wild bull*, de Morton Subotnik, sob a alegação de que os sons provêm de um dispositivo mecânico. De onde se julga virem os sons de um órgão? Ou os sons de um violino ou até mesmo de um apito? O fato é que, usando um dispositivo mecânico, um violinista ou um organista podem exprimir algo pungentemente humano que não pode ser expresso sem aquele dispositivo. Para conseguir tal expressão, obviamente, o violinista ou o organista precisam ter interiorizado a tecnologia, feito da ferramenta ou da máquina uma segunda natureza, uma parte psicológica de si mesmos. Isso exige anos de “prática”, de aprendizado de como obrigar a ferramenta a fazer o que ela pode fazer. Essa adaptação de uma ferramenta a si próprio, o aprendizado de uma habilidade tecnológica, é altamente desumanizante. O uso de uma tecnologia pode enriquecer a psique humana, ampliar o

espírito humano, intensificar sua vida interior. A escrita é uma tecnologia ainda mais profundamente interiorizada do que a execução de um instrumento musical. Mas, para compreender o que ela é – o que significa compreendê-la em relação a seu passado, à oralidade –, o fato de que ela é uma tecnologia deve ser encarado com honestidade.

#### *O que é “escrita” ou “registro escrito”?*

A escrita, no sentido estrito da palavra, a tecnologia que moldou e capacitou a atividade intelectual do homem moderno, foi um desenvolvimento muito tardio na história humana. O *Homo sapiens* está no planeta talvez há cerca de 50 mil anos (Leakey e Lewin 1979, pp. 141 e 168). O primeiro registro escrito, ou verdadeira escrita, que conhecemos, foi desenvolvido entre os sumérios na Mesopotâmia apenas por volta do ano 3500 a.C. (Diringer 1953; Gelb 1963).

Os seres humanos haviam desenhado durante incontáveis milênios antes disso. E vários dispositivos de registro, ou *aides-mémoire*, haviam sido usados por várias sociedades: uma vara entalhada, fileiras de seixos, outros dispositivos de controle como o *quipu* dos incas (uma vara com cordas suspensas nas quais outras cordas eram atadas), os calendários de “contagem do inverno” dos índios nativos das planícies norte-americanas e assim por diante. Porém, um registro escrito é mais do que um auxílio mnemônico. Até mesmo quando é pictográfico, um registro escrito é mais do que desenhos. Os desenhos representam objetos. O desenho de um homem, uma casa e uma árvore por si mesmo *nada* diz. (Se um código apropriado ou um conjunto de convenções são acrescentados, poderia dizer; mas um código não é desenhável, salvo se auxiliado por um outro código não desenhável. Os códigos, em última análise, precisam ser explicados por algo mais do que desenhos, isto é, ou em palavras ou em um contexto inteiramente humano, humanamente compreensível.) Um registro escrito, no sentido de uma escrita genuína, tal como entendido aqui, não consiste em meros desenhos, em representações de coisas, é a representação de uma *elocução*, de palavras que alguém diz ou se imagina que diz.

Obviamente, é possível considerar como “escrita” qualquer marca semiótica, isto é, qualquer marca visível ou perceptível que um indivíduo

faz e à qual atribui um sentido. Assim, um simples arranhão em uma rocha ou um entalhe em uma vara, interpretável apenas por aquele que os faz, seria “escrita”. Se isso é o que se entende por escrita, sua antiguidade talvez seja comparável à da fala. Contudo, as investigações sobre a escrita que a tomam como qualquer marca visível ou perceptível com um sentido atribuído funde a escrita com o puro comportamento biológico. Quando uma pegada ou um depósito de fezes ou urina (usado por muitas espécies de animais para comunicação – Wilson 1975, pp. 228-229) se torna “escrita”? Usar o termo “escrita” nesse sentido ampliado, de forma a incluir qualquer marcação semiótica, banaliza seu significado. A entrada crítica e singular em novos mundos do conhecimento foi realizada dentro da consciência humana, não quando a mera marcação semiótica foi imaginada, mas quando um sistema codificado de marcas visíveis foi inventado, sistema por meio do qual um escritor pôde determinar as exatas palavras que o leitor iria gerar a partir do texto. É isso que comumente entendemos hoje por escrita no seu sentido claramente definido.

Com a escrita ou registro escrito tomados nesse sentido amplo, as marcações codificadas visíveis envolvem palavras na íntegra, de modo que estruturas e referências notavelmente complexas evoluídas em som podem ser registradas visualmente, podem implementar a produção de estruturas e referências ainda mais notáveis, ultrapassando em muito as potencialidades da enunciação oral. A escrita, em seu sentido comum, foi e é a mais importante de todas as invenções humanas. Não é um mero apêndice da fala. Em virtude de mover a fala do mundo oral-auricular para um novo mundo sensorial, o da visão, ela transforma tanto a fala quanto o pensamento. Entalhes em varas e outros *aides-mémoire* levam à escrita, mas não reestruturam o mundo da vida cotidiana humana como o faz a escrita genuína.

Os verdadeiros sistemas de escrita podem se desenvolver e geralmente se desenvolvem, gradativamente, de um uso mais tosco de auxílios mnemônicos. Existem estágios intermediários. Em alguns sistemas codificados, o escritor pode prever apenas aproximadamente o que o leitor irá ler, como no sistema desenvolvido pelos *vai*, na Libéria (Scribner e Cole 1978) ou até mesmo nos antigos hieróglifos egípcios. O controle mais estrito de todos é o realizado pelo alfabeto, embora até mesmo ele nunca seja inteiramente perfeito em todos os casos. Se anoto em um documento: *read*, isso poderia ser um participio passado (pronunciado para rimar com

*red*), indicando que o documento foi inteiramente lido, ou poderia ser um imperativo (pronunciado para rimar com *reed*), indicando que deve ser lido até o fim. Até mesmo com o alfabeto, o contexto extratextual às vezes é necessário, mas somente em casos excepcionais – o quanto dependerá do grau de adaptação do alfabeto a uma dada língua.

#### *Muitos registros escritos, apenas um alfabeto*

Muitos registros escritos em todo o mundo foram desenvolvidos independentemente uns dos outros (Diringer 1953; Diringer 1960; Gelb 1963): o cuneiforme mesopotâmico, 3500 a.C. (datas aproximadas segundo Diringer 1962); os hieroglíficos egípcios, 3000 a.C. (talvez sob alguma influência do cuneiforme); o “Linear B” minóico ou micênico, 1200 a.C.; o registro do vale do Indo, 3000-2400 a.C.; o chinês, 1500 a.C.; o maia, 50 d.C.; o asteca, 1400 d.C.

Os registros escritos têm antecedentes complexos. A maioria, se não a totalidade, dos registros remonta direta ou indiretamente a alguma espécie de escrita pictórica, ou às vezes, talvez, em um nível ainda mais elementar, ao uso de sinais. Sugeriu-se que o registro cuneiforme dos sumérios, o primeiro de todos os registros conhecidos (c. 3500 a.C.), originou-se, pelo menos em parte, de um sistema de registro de transações econômicas, usando-se sinais de barro encerrados em recipientes ou bulas semelhantes a vagens, pequenos, ocos, mas totalmente fechados, com identificações no lado de fora representando os sinais de dentro (Schmandt-Besserat 1978). Desse modo, os símbolos do lado de fora da bula – digamos, sete entalhes – indicavam, dentro da bula, o que representavam – digamos, sete pequenos artefatos de barro inconfundivelmente moldados para representar vacas, ovelhas ou outras coisas ainda não decifráveis – como se as palavras fossem sempre proferidas em conexão com seus significados concretos. A moldura econômica desse uso pré-quiográfico de sinais poderia ajudar a associá-los à escrita, pois o primeiro registro cuneiforme, da mesma região que as bulas, quaisquer que tenham sido seus antecedentes exatos, serviam a objetivos econômicos e administrativos práticos nas sociedades urbanas. A urbanização forneceu o incentivo para desenvolver a manutenção de registros. Usar a escrita para criações imaginativas, como as palavras falaças têm sido usadas em contos ou na lírica, isto é, usar a escrita para produzir literatura

no sentido mais específico desse termo, ocorreu bem mais tarde na história do registro.

Os desenhos podem servir simplesmente como *aides-mémoire*, ou podem ser equipados com um código que lhes permita representar palavras mais ou menos exatamente específicas em diferentes relações gramaticais entre si. A escrita de caracteres chineses é ainda hoje basicamente composta de desenhos, mas desenhos estilizados e codificados por meios complexos, que os tornam certamente o mais complexo sistema de escrita que o mundo jamais conheceu. A comunicação pictográfica, como a encontrada entre os índios americanos e muitos outros (Mackay 1978, p. 32) não se desenvolveu em verdadeiro registro porque o código permaneceu demasiado vago. As representações pictográficas de vários objetos serviam como uma espécie de memorando alegórico para grupos que estavam lidando com certos assuntos restritos, memorando que ajudava a determinar previamente como esses desenhos específicos se relacionavam. Mas, freqüentemente, até mesmo naquela época, o significado pretendido não fica inteiramente claro.

Dos pictogramas (o desenho de uma árvore representa a palavra para árvore), os registros desenvolvem outras espécies de símbolos. Uma espécie é o ideograma, no qual o significado é um conceito não diretamente representado pelo desenho, mas estabelecido por código: por exemplo, no pictograma chinês, um desenho estilizado de duas árvores não representa as palavras “duas árvores”, mas a palavra “floresta”; desenhos estilizados de uma mulher e uma criança lado a lado representam a palavra “bom” e assim por diante. A palavra falada para “mulher” é [ny], para “criança” [dza], para “bom” [bau]: a etimologia pictográfica, como aparece aqui, não precisa ter nenhuma relação com a etimologia fonológica. Escritores de chinês relacionam-se com sua língua de modo muito diferente dos falantes de chinês que não sabem escrever. Em um sentido especial, numerais como 1, 2, 3 são ideogramas interlingüísticos (embora não sejam pictogramas): representam o mesmo conceito, mas não o mesmo som em línguas que possuem palavras inteiramente diferentes para 1, 2, 3. E até mesmo dentro do léxico de uma dada língua os signos 1, 2, 3 e assim por diante estão, de certo modo, antes ligados diretamente ao conceito do que à palavra: as palavras para 1 (“um”) e 2 (“dois”) relacionam-se aos conceitos “1º” e “2º”, mas não às palavras “primeiro” e “segundo”.

Uma outra espécie de pictograma é a escrita rébus (o desenho da sola – inglês *sole* – de um pé poderia representar em inglês também o peixe chamado *sole* [solha], *sole* no sentido de “apenas”, ou *soul* [alma] associada a “corpo”; desenhos de um moinho [*mill*], um caminho [*walk*] e uma chave [*key*], nessa ordem, poderiam representar a palavra “*Mil-waukee*”). Uma vez que aqui o símbolo representa fundamentalmente um som, um rébus é uma espécie de fonograma (som-símbolo), mas apenas de modo mediato: o som é designado não por um signo codificado abstrato, como uma letra do alfabeto, mas por um desenho de uma das várias coisas que o próprio som significa.

Todos os sistemas pictográficos, até mesmo no caso dos ideogramas e dos rébus, requerem uma espantosa quantidade de símbolos. O chinês é o maior, mais complexo e mais rico deles: o dicionário K'anghsi de chinês, em 1716 da nossa era, arrola 40.545 caracteres. Nenhum chinês ou sinólogo conhece, ou já conheceu, todos eles. Poucos chineses que escrevem sabem escrever todas as palavras chinesas faladas que podem compreender. Tornar-se suficientemente versado no sistema de escrita chinês leva normalmente cerca de 20 anos. Um tal registro exige tempo e é fundamentalmente elitista. Indubitavelmente, os caracteres serão substituídos pelo alfabeto romano logo que o povo da República Popular da China domine a mesma língua chinesa (“dialeto”), o mandarim, que agora está sendo ensinado em toda parte. A perda para a literatura será colossal, mas não tanto quanto o número de caracteres (mais de 40 mil) que um datilógrafo chinês teria de dominar.

Uma vantagem do sistema basicamente pictográfico é que os indivíduos que falam diferentes “dialetos” chineses (línguas chinesas realmente diferentes, mutuamente incompreensíveis, embora basicamente possuídas da mesma estrutura), incapazes de compreender o que os outros dizem, podem compreender a escrita. Lêem diferentes sons pelo mesmo caractere (desenho), algo como um francês, um *huba*, um vietnamita e um inglês saberem o que cada um quer dizer com os numerais arábigos 1, 2, 3 e assim por diante, mas não reconhecerem o numeral se pronunciado por um dos outros. (Todavia, os caracteres chineses são fundamentalmente desenhos, embora primorosamente estilizados, o que 1, 2, 3 não são.)

Algumas línguas são escritas em silabários, nos quais cada signo representa uma consoante e um som vocálico seguinte. Desse modo, o

silabário japonês *katakana* tem cinco símbolos separados, respectivamente, para *ka, ke, ki, ko, ku*, cinco outros para *ma, me, mi, mo, mu* e assim por diante. Ocorre que a língua japonesa é constituída de tal modo que pode utilizar um registro silabário: suas palavras são compostas de partes que consistem sempre de um som consonantal seguido de um som vocálico (*n* funciona como uma semi-sílaba), sem grupos consonantais (como em “perspicácia”, “claustro”). Com suas muitas espécies de sílabas e seus freqüentes grupos consonantais, o inglês [assim como o português] não poderia ser eficazmente arranjado em um silabário. Alguns silabários são menos desenvolvidos do que o japonês. No do *vai*, na Libéria, por exemplo, não existe uma correspondência plena entre os símbolos visuais e as unidades de som. A escrita fornece apenas uma espécie de mapa para a elocução que registra, e é muito difícil de ler, até mesmo para um escriba hábil (Scribner e Cole 1978, p. 456).

Muitos sistemas de escrita são na verdade sistemas híbridos, mesclando dois ou mais princípios. O sistema japonês é híbrido (além do silabário, ele usa caracteres chineses, pronunciados a sua própria maneira não-chinesa); o sistema coreano é híbrido (além do *hangul*, um alfabeto genuíno, talvez o mais eficiente de todos os alfabetos, ele usa caracteres chineses, pronunciados a sua própria maneira); o antigo sistema hieroglífico egípcio era híbrido (alguns símbolos eram pictogramas, alguns ideogramas, outros rébus); a própria escrita de caracteres chineses é híbrida (pictogramas mesclados, ideogramas, rébus e várias combinações, muitas vezes extremamente complexas, culturalmente ricas e poeticamente belas). Na verdade, em virtude da tendência que têm os registros escritos em começar com pictogramas e se desenvolver para ideogramas e rébus, talvez a maioria dos sistemas de escrita que não o alfabeto seja até certo ponto híbrida. E até mesmo a escrita alfabética se torna híbrida quando escreve *l* em vez de *um*.

O fato mais notável sobre o alfabeto é, sem dúvida, o de que foi inventado apenas uma vez. Ele foi criado por um povo semítico ou por povos semíticos por volta de 1500 a.C., na mesma área geográfica onde surgiu o primeiro de todos os registros escritos, o cuneiforme, mas 2 mil anos depois dele. (Diringer 1962, pp. 121-122, discute as duas variantes do alfabeto original, o semítico do norte e o semítico do sul.) Todos os alfabetos do mundo – hebraico, ugarítico, grego, romano, cirílico, arábico, tâmil, malabarense, coreano – derivam, de uma forma ou de outra, do

desenvolvimento semítico original, embora, como nos registros ugarítico e coreano, o desenho físico das letras nem sempre possa ser relacionado ao desenho semítico.

O hebraico, assim como outras línguas semíticas, como o árabe, até hoje não possuem letras para vogais. Um jornal ou livro hebraico ainda hoje imprimem apenas consoantes (e as chamadas semivogais [j] e [w], que são na verdade formas de [i] e [u]: se tivéssemos de seguir o costume hebraico em português, escreveríamos e imprimiríamos “cnsnts” em vez de “consoantes”. A letra *aleph*, adaptada pelos antigos gregos para indicar a vogal “alfa”, que se tornou nosso “a” romano, não é uma vogal, mas uma consoante no hebraico e em outros alfabetos semíticos, que representa uma oclusiva glotal (o som entre dois sons vocálicos no português “ãh-ãh”, que significa “não”). Posteriormente, na história do alfabeto hebraico, “pontos” vocálicos, pontinhos e hífen abaixo ou acima das letras para indicar a vogal adequada, foram acrescentados a muitos textos, freqüentemente para crianças muito pequenas em fase de alfabetização – até o terceiro ano, mais ou menos. As línguas organizam-se de diferentes maneiras, e as semíticas são constituídas de tal modo que facilitam a leitura quando as palavras são escritas apenas com consoantes.

Esse modo de escrever apenas com consoantes e semiconsoantes (*y* como em *you*; *w*) levou alguns lingüistas (Gelb 1963; Havelock 1963, p. 129) a chamar de silabário ou talvez um silabário não vocalizado ou “reduzido” o que outros lingüistas chamam de alfabeto hebraico. Todavia, parece um tanto inadequado pensar na letra hebraica *beth* (*b*) como uma sílaba quando, na verdade, ela simplesmente representa o fonema [b], ao qual o leitor deve acrescentar qualquer som vocálico exigido pela palavra ou pelo contexto. Além disso, quando os pontos vocálicos são usados, eles são acrescentados às letras (acima ou abaixo da linha), exatamente como as vogais são acrescentadas às nossas consoantes. E israelenses e árabes modernos, discordantes em quase tudo o mais, geralmente concordam que ambas são letras escritas em um alfabeto. Para uma compreensão do desenvolvimento da escrita a partir da oralidade, parece no mínimo indiscutível pensar no registro escrito semítico simplesmente como um alfabeto de consoantes (e semivogais) que os leitores, à medida que lêem, simples e facilmente complementam com as vogais adequadas.

Após tudo o que se disse sobre o alfabeto semítico, no entanto, fica muito claro que os gregos fizeram algo de grande importância psicológica quando desenvolveram o primeiro alfabeto completo, com vogais. Havlock (1976) acredita que essa transformação crucial, quase total, da palavra, de sonora para visual deu à antiga cultura grega sua ascendência intelectual sobre outras culturas antigas. O leitor da escrita semítica precisava lançar mão de dados tanto textuais quanto não textuais: precisava conhecer a língua que estava lendo para saber que vogais colocar entre as consoantes. A escrita semítica estava ainda muito imersa no mundo da vida cotidiana não textual. O alfabeto vocálico grego estava mais distante daquele mundo (como as idéias de Platão iriam estar). Ele analisava o som de modo mais abstrato, em componentes puramente espaciais. Podia ser usado para escrever ou ler palavras até mesmo em línguas que não se conhecia (salvo por algumas imprecisões devidas a diferenças fonológicas entre línguas). Uma criança poderia aprender o alfabeto grego ainda muito pequena e com vocabulário limitado. (Observou-se há pouco que, para os escolares israelenses, até o terceiro ano, os “pontos” vocálicos precisam ser acrescentados ao registro hebraico tradicional.) O alfabeto grego foi democratizante no sentido de que era fácil para qualquer um aprender. Era também “internacionalizante”, pelo fato de que fornecia um meio de lidar até mesmo com línguas estrangeiras. Essa realização grega de analisar abstratamente o indefinível mundo do som em equivalentes visuais (não de modo perfeito, com certeza, mas na verdade pleno) tanto pressagiou quanto implementou suas outras explorações analíticas.

Parece que a estrutura da língua grega, o fato de que não estava baseada em um sistema como o semítico, que admitia a omissão de vogais na escrita, acabou sendo talvez uma vantagem intelectual acidental, porém crucial. Kerckhove (1981) sugeriu que, mais do que quaisquer outros sistemas de escrita, o alfabeto inteiramente fonético estimula a atividade do hemisfério esquerdo do cérebro e, desse modo, sobre bases neurofisiológicas, favorece o pensamento analítico, abstrato.

A razão de o alfabeto ter sido inventado tão tarde e apenas uma vez pode ser entendida se refletirmos sobre a natureza do som, pois o alfabeto opera mais diretamente sobre o som como som do que os outros registros escritos, reduzindo o som diretamente a equivalentes espaciais e a unidades menores, mais analíticas, mais manipuláveis do que um silabário: em vez de um símbolo para o som *ba*, temos dois, *b* mais *a*.

O som, como já explicamos anteriormente, existe somente quando está desaparecendo. Não posso ter presente uma palavra inteira ao mesmo tempo: ao dizer “desaparecendo”, quando chego ao “-cendo”, o “desapare-” já acabou. O alfabeto implica que as questões são diferentes, que uma palavra é uma coisa, não um evento, que ela está presente imediatamente e que pode ser cortada em pedacinhos que podem até mesmo ser escritos para a frente e pronunciados para trás: “amora” pode ser pronunciada “aroma”. Se gravarmos em uma fita a palavra “amora” e a tocarmos para trás, não obteremos “aroma”, mas um som completamente diferente, nem “amora” nem “aroma”. Um desenho, digamos, de um pássaro, não reduz o som ao espaço, pois representa um objeto, não uma palavra. Será o equivalente de qualquer quantidade de palavras, dependendo da língua usada para interpretá-lo: *oiseau*, *uccello*, *pájaro*, *Vogel*, *sae*, *tori*, “pássaro”.

Todo registro escrito representa as palavras como se, de algum modo, elas fossem coisas, objetos mudos, marcas imóveis para a assimilação pela visão. Rébus ou fonogramas, que ocorrem irregularmente em algumas escritas pictográficas, representam o som de uma palavra pelo desenho de uma outra (a *sole* [sola, em português] de um pé representando *soul* [alma] em referência ao corpo, como no exemplo fictício usado acima). Mas o rébus (fonograma), embora possa representar várias coisas, ainda é um desenho de uma das coisas que ele representa. O alfabeto, não obstante derivar provavelmente de pictogramas, perdeu toda a ligação com as coisas como coisas. Ele representa o som em si como uma coisa, transformando o mundo evanescente do som no mundo espacial mudo, semi-permanente.

O alfabeto fonético inventado pelos antigos semitas e aperfeiçoado pelos antigos gregos é, sem dúvida, o mais adaptável de todos os sistemas de escrita, por converter o som a uma forma visível. É talvez, igualmente, o menos estético de todos os principais sistemas de escrita: pode ser posto em bela caligrafia, mas nunca tão refinada quanto os caracteres chineses. Constitui um registro democratizante, facilmente aprendido por qualquer pessoa. A escrita de caracteres chineses, como muitos outros sistemas de escrita, é intrinsecamente elitista: dominá-la completamente exige um ócio prolongado. A qualidade democratizante do alfabeto pode ser percebida na Coreia do Sul. Nos livros e jornais coreanos, o texto é uma mescla de palavras soletradas alfabeticamente e de centenas de diferentes caracteres chineses. Porém, todos os sinais públicos são sempre escritos apenas no

alfabeto, que todos podem virtualmente ler, uma vez que é dominado nos primeiros anos da escola fundamental, ao passo que os 1.800 *han*, ou caracteres chineses, que são o mínimo exigido – além do alfabeto – para ler a maior parte da literatura em coreano, não são comumente dominados na sua totalidade antes do fim da escola secundária.

Talvez a realização isolada mais notável da história do alfabeto tenha ocorrido na Coreia, onde, em 1443 d.C., o rei Sejong da dinastia Yi decretou que um alfabeto deveria ser inventado para o coreano. Até aquela época, o coreano havia sido escrito apenas em caracteres chineses, primorosamente trabalhados para se adequar ao vocabulário do coreano (e interagir com ele), uma língua não inteiramente relacionada ao chinês (embora possuía muitas palavras de empréstimo do chinês, a maioria é tão *coreanizada* que se torna incompreensível para qualquer chinês). Milhares e milhares de coreanos – todos coreanos que sabiam escrever – haviam passado ou estavam passando a melhor parte de suas vidas aprendendo a dominar a complicada quirografia sino-coreana. Seria pouco provável que saudassem um novo sistema de escrita que tornaria obsoletas suas habilidades arduamente adquiridas. Porém, a dinastia Yi era poderosa e o decreto de Sejong, diante da prevista resistência maciça, sugere que ele possuía estruturas de ego igualmente poderosas. A acomodação do alfabeto a uma dada língua geralmente demanda muitos anos ou muitas gerações. A comissão de sábios de Sejong terminara o alfabeto coreano em três anos, uma realização magistral, virtualmente perfeita na sua adaptação à fonologia coreana e esteticamente destinada a produzir um registro alfabético com algo da aparência de um texto em caracteres chineses. Porém, a recepção dessa façanha notável era previsível. O alfabeto foi usado apenas para objetivos não acadêmicos, práticos, vulgares. Os escritores “sérios” continuaram a usar a escrita de caracteres chineses que haviam treinado tão arduamente. A literatura séria era elitista e desejava ser conhecida como elitista. Apenas no século XX, com a democratização maior da Coreia, o alfabeto realmente alcançou sua atual (ainda não total) ascendência.

### *O começo da cultura escrita*

Quando um registro plenamente formado de qualquer tipo, alfabético ou outro, abre caminho pela primeira vez na direção de uma

sociedade específica, ele o faz necessariamente, no início, em setores restritos e com diferentes resultados e implicações. A escrita é muitas vezes considerada, inicialmente, como um instrumento de poder secreto e mágico (Goody 1968b, p. 236). Traços dessa atitude inicial em relação à escrita ainda podem ser vistos na etimologia: a *grammartye* ou gramática do inglês médio, referente ao aprendizado livresco, acabou por significar conhecimento oculto ou mágico e, por meio de uma forma dialética escocesa, emergiu no nosso atual vocabulário inglês como *glamor* (poder de encantamento). *Glamor girls* são, na realidade, garotas de gramática. O *futhark*, ou alfabeto rúnico da Europa Setentrional medieval, foi comumente associado à magia. Fragmentos de escrita são usados como amuletos mágicos (Goody 1968b, pp. 201-203), mas podem também ser apreciados simplesmente em virtude da maravilhosa durabilidade que conferem às palavras. O romancista nigeriano Chinua Achebe descreve como em uma aldeia *ibo* o único homem que sabia escrever acumulou em sua casa todo pedaço de material impresso que encontrava em seu caminho – jornais, caixas de papelão, recibos (Achebe 1961, pp. 120-121). Tudo lhe parecia extraordinário demais para ser jogado fora.

Algumas sociedades de cultura escrita limitada consideraram a escrita perigosa para o leitor desavisado, exigem uma figura semelhante a um guru para servir de mediador entre o leitor e o texto (Goody e Watt 1968, p. 13). A cultura escrita pode estar restrita a grupos especiais como o clero (Tambiah 1968, pp. 113-114). Os textos podem dar a impressão de possuir valor religioso intrínseco: os iletrados tiram proveito do ato de esfregar o livro em suas fronteiras, ou de fazer girar rodas de orações que sustentam textos que não podem ler (Goody 1968a, pp. 15-16). Os monges tibetanos costumavam sentar-se nas margens de riachos “imprimindo páginas de encantamento e de fórmulas na superfície da água com blocos de madeira” (Goody 1968a, p. 16, citando R.B. Eckvall). Os ainda florescentes “cultos de carregamento” em algumas ilhas do Pacífico Sul são bem conhecidos: iletrados ou semiletrados julgam que os documentos comerciais – encomendas, conhecimentos de embarque, recibos etc. – que sabem que existem em operações de embarque são instrumentos mágicos para fazer com que navios e carregamentos cheguem pelo mar, e criam vários rituais pela manipulação de textos escritos, na esperança de que aquele carregamento apareça para dele tomarem posse e fazerem uso (Meggitt 1968, pp. 300-309). Na cultura da antiga Grécia, Havelock descobre um padrão geral

alfabeto, que todos podem virtualmente ler, uma vez que é dominado nos primeiros anos da escola fundamental, ao passo que os 1.800 *han*, ou caracteres chineses, que são o mínimo exigido – além do alfabeto – para ler a maior parte da literatura em coreano, não são comumente dominados na sua totalidade antes do fim da escola secundária.

Talvez a realização isolada mais notável da história do alfabeto tenha ocorrido na Coreia, onde, em 1443 d.C., o rei Sejong da dinastia Yi decretou que um alfabeto deveria ser inventado para o coreano. Até aquela época, o coreano havia sido escrito apenas em caracteres chineses, primorosamente trabalhados para se adequar ao vocabulário do coreano (e interagir com ele), uma língua não inteiramente relacionada ao chinês (embora possuía muitas palavras de empréstimo do chinês, a maioria é tão *coreanizada* que se torna incompreensível para qualquer chinês). Milhares e milhares de coreanos – todos coreanos que sabiam escrever – haviam passado ou estavam passando a melhor parte de suas vidas aprendendo a dominar a complicada quirografia sino-coreana. Seria pouco provável que saudassem um novo sistema de escrita que tornaria obsoletas suas habilidades arduamente adquiridas. Porém, a dinastia Yi era poderosa e o decreto de Sejong, diante da prevista resistência maciça, sugere que ele possuía estruturas de ego igualmente poderosas. A acomodação do alfabeto a uma dada língua geralmente demanda muitos anos ou muitas gerações. A comissão de sábios de Sejong terminara o alfabeto coreano em três anos, uma realização magistral, virtualmente perfeita na sua adaptação à fonologia coreana e esteticamente destinada a produzir um registro alfabético com algo da aparência de um texto em caracteres chineses. Porém, a recepção dessa façanha notável era previsível. O alfabeto foi usado apenas para objetivos não acadêmicos, práticos, vulgares. Os escritores “sérios” continuaram a usar a escrita de caracteres chineses que haviam treinado tão arduamente. A literatura séria era elitista e desejava ser conhecida como elitista. Apenas no século XX, com a democratização maior da Coreia, o alfabeto realmente alcançou sua atual (ainda não total) ascendência.

### *O começo da cultura escrita*

Quando um registro plenamente formado de qualquer tipo, alfabético ou outro, abre caminho pela primeira vez na direção de uma

sociedade específica, ele o faz necessariamente, no início, em setores restritos e com diferentes resultados e implicações. A escrita é muitas vezes considerada, inicialmente, como um instrumento de poder secreto e mágico (Goody 1968b, p. 236). Traços dessa atitude inicial em relação à escrita ainda podem ser vistos na etimologia: a *grammartye* ou gramática do inglês médio, referente ao aprendizado livresco, acabou por significar conhecimento oculto ou mágico e, por meio de uma forma dialética escocesa, emergiu no nosso atual vocabulário inglês como *glamor* (poder de encantamento). *Glamor girls* são, na realidade, garotas de gramática. O *futhark*, ou alfabeto rúnico da Europa Setentrional medieval, foi comumente associado à magia. Fragmentos de escrita são usados como amuletos mágicos (Goody 1968b, pp. 201-203), mas podem também ser apreciados simplesmente em virtude da maravilhosa durabilidade que conferem às palavras. O romancista nigeriano Chinua Achebe descreve como em uma aldeia *ibo* o único homem que sabia escrever acumulou em sua casa todo pedaço de material impresso que encontrava em seu caminho – jornais, caixas de papelão, recibos (Achebe 1961, pp. 120-121). Tudo lhe parecia extraordinário demais para ser jogado fora.

Algumas sociedades de cultura escrita limitada consideram a escrita perigosa para o leitor desavisado, exigem uma figura semelhante a um guru para servir de mediador entre o leitor e o texto (Goody e Watt 1968, p. 13). A cultura escrita pode estar restrita a grupos especiais como o clero (Tambiah 1968, pp. 113-114). Os textos podem dar a impressão de possuir valor religioso intrínseco: os iletrados tiram proveito do ato de esfregar o livro em suas frentes, ou de fazer girar rodas de orações que sustentam textos que não podem ler (Goody 1968a, pp. 15-16). Os monges tibetanos costumavam sentar-se nas margens de riachos “imprimindo páginas de encantamento e de fórmulas na superfície da água com blocos de madeira” (Goody 1968a, p. 16, citando R.B. Eckvall). Os ainda florescentes “cultos de carregamento” em algumas ilhas do Pacífico Sul são bem conhecidos: iletrados ou semiletrados julgam que os documentos comerciais – encomendas, conhecimentos de embarque, recibos etc. – que sabem que existem em operações de embarque são instrumentos mágicos para fazer com que navios e carregamentos cheguem pelo mar, e criam vários rituais pela manipulação de textos escritos, na esperança de que aquele carregamento apareça para dele tomarem posse e fazerem uso (Meggitt 1968, pp. 300-309). Na cultura da antiga Grécia, Havelock descobre um padrão geral

de cultura escrita restrita aplicável a muitas outras culturas: logo após a introdução da escrita, desenvolve-se um “ofício de escrita” (Havelock 1963; cf. Havelock e Herschell 1978). Nesse estágio, a escrita é um comércio praticado por profissionais que são contratados para escrever uma carta ou um documento, do mesmo modo que se contrata um pedreiro para construir uma casa, ou um construtor naval para fazer um barco. Era esse o estado de coisas nos reinados da África Ocidental, como o Mali, da Idade Média até o século XX (Wilks 1968; Goody 1968b). Nesse estágio de profissionalização da escrita, não há mais necessidade de que um indivíduo saiba ler e escrever do que de dominar outra atividade comercial qualquer. Apenas por volta da época de Platão na Grécia antiga, mais de três séculos depois da introdução do alfabeto grego, esse estágio foi superado, quando a escrita foi finalmente difundida entre a população grega e interiorizada o suficiente para afetar os processos mentais de um modo geral (Havelock 1963).

As propriedades físicas do material escrito inicial estimularam a permanência da cultura tribal (ver Clanchy 1979, pp. 88-115, sobre “A tecnologia da escrita”). Em vez do papel de superfície uniforme fabricado em máquinas e das canetas esferográficas relativamente duráveis, o escritor antigo possuía um equipamento tecnológico mais rebelde. Como superfícies para a escrita, ele possuía blocos de barro molhado, peles de animais (pergamino, velino) desbastadas de gordura e pêlos, muitas vezes amaciadas com pedra-pomes e branqueadas com giz, frequentemente reprocessadas pela raspagem de um texto anterior (palimpsestos). Ou então cascas de árvores, papiros (melhor do que a maioria das superfícies, mas ainda áspero para os padrões de alta tecnologia), folhas secas ou outros vegetais, cera derramada sobre mesas de madeira, muitas vezes dobradas para formar um díptico usado em um cinto (essas tabuletas de cera eram usadas para notas e a cera era polida repetidas vezes para reutilização), bastões de madeira (Clanchy 1979, p. 95) e outras superfícies de madeira e de pedra de vários tipos. Não havia papelarias de esquina vendendo blocos de papel. Não existia papel. Como ferramentas para escrever, os escribas possuíam vários tipos de estilete, penas de ganso que tinham de ser cortadas e apontadas repetidas vezes com o que ainda chamamos de *pen knife*,\* pincéis (particularmente na Ásia Oriental)

\* “Canivete” em português. Em inglês, literalmente, “faca de pena”. (N.T.)

ou vários outros instrumentos para riscar superfícies ou espalhar tintas. Tintas fluidas eram misturadas de várias maneiras e preparadas para uso em chifres ocos de bois (tinteiros de chifre) ou em outros recipientes sólidos, ou, comumente na Ásia Oriental, pincéis eram molhados e esfregados em blocos cobertos de tinta seca, como na aquarela.

Exigiam-se habilidades mecânicas para trabalhar com esse material de escrita, e nem todos os “escritores” as tinham no grau adequado para uma composição demorada. O papel tornou a escrita fisicamente mais fácil. Mas, manufaturado na China, provavelmente por volta do século II a.C., e difundido pelos árabes no Oriente Médio por volta do século VIII d.C., o papel foi produzido pela primeira vez na Europa apenas no século XII.

Hábitos mentais há muito existentes de pensar em voz alta favorecem o ditado, mas o estado da tecnologia da escrita também o faz. No ato físico de escrever, diz o inglês medieval Orderic Vitalis, “o corpo todo trabalha” (Clanchy 1979, p. 90). Durante a Idade Média, na Europa, os autores muito freqüentemente empregavam escribas. Compor à medida que se escreve, produzir um pensamento com a pena na mão, particularmente em composições breves, era, evidentemente, algo praticado até certo ponto desde a Antiguidade, mas isso se tornou mais comum em relação à composição literária ou outras composições mais longas em diferentes épocas nas diversas culturas. Ainda era raro na Inglaterra do século XI e, quando ocorria, até mesmo então, podia ser feito em uma moldura psicológica tão oral que nos é difícil imaginá-lo. Eadmer de Saint Albans, na Inglaterra do século XI, quando compunha por escrito, sentia que estava ditando a si mesmo (Clanchy 1979, p. 218). São Tomás de Aquino, que escreveu seus próprios manuscritos, organiza sua *Summa theologiae* em um formato quase oral: cada seção ou “questão” começa com uma recitação de objeções contra a posição que assumirá Aquino; então, ele declara sua posição e finalmente responde às objeções, pela ordem. De modo semelhante, um antigo poeta escreveria um poema imaginando-se declamando-o para um público. Poucos romancistas hoje escrevem um romance imaginando-se declamando-o em voz alta – se é que algum o faz –, embora possam ser excepcionalmente conscientes dos efeitos sonoros das palavras. O alto grau de cultura escrita alimenta a composição verdadeiramente escrita, na qual o autor compõe um texto que é exatamente um texto, junta suas palavras no papel. Isso confere ao pensamento contornos diferentes daqueles do

pensamento baseado na oralidade. Voltaremos a falar (isto é, escrever) mais adiante sobre os efeitos da cultura escrita nos processos mentais.

#### *Da memória aos registros escritos*

Muito tempo depois de uma cultura ter começado a usar a escrita, ela pode ainda não lhe dar muito valor. Um letrado de hoje geralmente dá como certo que os registros escritos têm mais força do que as palavras faladas como prova de um estado de coisas há muito existente, especialmente em um tribunal. As culturas mais antigas, que conheciam a escrita, mas não a haviam interiorizado o suficiente, muitas vezes davam como certo exatamente o oposto. O grau de crédito atribuído a registros escritos indubitavelmente variou de cultura para cultura, porém a história cuidadosa, elaborada por Clanchy, de exemplos do uso da escrita para objetivos administrativos práticos na Inglaterra dos séculos XI e XII (1979) fornece uma amostra instrutiva de quanto a oralidade podia se prolongar na presença da escrita, até mesmo em um meio administrativo.

No período estudado, Clanchy descobre que “os documentos não inspiram confiança imediatamente” (Clanchy 1979, p. 230). As pessoas precisavam ser convencidas de que a escrita aperfeiçoava os métodos orais o bastante para compensar todos os custos e as técnicas difíceis que ela envolvia. Antes do uso de documentos, o testemunho oral coletivo era comumente usado para estabelecer, por exemplo, a idade de herdeiros feudais. Em 1127, para resolver uma disputa relativa à destinação dos impostos devidos no porto de Sandwich (se deveriam ir para a Abadia de Santo Agostinho em Canterbury ou para Christ Church), selecionou-se um júri de doze homens de Dover e doze de Sandwich, “pessoas de idade, sábias e maduras, de bom testemunho”. Cada jurado jurou que, como “recebi de meus ancestrais e vi e ouvi em minha juventude”, as taxas pertenciam a Christ Church (Clanchy 1979, pp. 232-233). Eles estavam lembrando publicamente o que outros antes deles haviam lembrado.

À primeira vista, as testemunhas eram mais confiáveis do que os textos, porque podiam ser questionadas e defender suas afirmações, ao passo que os textos, não (isso, devemos lembrar, era exatamente uma das objeções de Platão à escrita). Métodos notariais de autenticar documentos

tentam construir mecanismos de autenticação por documentos escritos, mas os métodos notariais se desenvolvem tarde nas culturas letradas, e muito mais tarde na Inglaterra do que na Itália (Clanchy 1979, pp. 235-236). Os próprios documentos escritos eram muitas vezes autenticados não por escrito, mas por objetos simbólicos (como uma faca, presa ao documento por uma correia de pergaminho – Clanchy 1979, p. 24). De fato, os objetos simbólicos por si sós podiam servir como instrumentos de transferência de propriedade. Por volta de 1130, Thomas de Muschamps transferiu sua propriedade de Hetherslaw aos monges de Durham oferecendo sua espada sobre um altar (Clanchy 1979, p. 25). Até mesmo depois do Domesday Book (1085-1086) e o resultante aumento de documentação escrita, a história do conde Warrenne mostra como o estado mental oral ainda persistia: diante dos juízes encarregados dos procedimentos determinados pelo estatuto *Quo Warranto*, no reinado de Eduardo I (entre 1272 e 1306), o Conde Warrenne exibiu não uma carta, mas “uma espada antiga e enferrujada”, argumentando que seus ancestrais haviam chegado com Guilherme, o Conquistador, para tomar a Inglaterra pela espada e que ele defenderia suas terras com a espada. Clanchy chama a atenção (1979, pp. 21-22) para o fato de que a história é um tanto discutível em virtude de algumas incoerências, mas observa também que sua persistência testemunha um estado mental mais antigo, conhecedor do valor testemunhal de prendas simbólicas.

As antigas escrituras de transferência de terra na Inglaterra não eram originalmente nem mesmo datadas (1979, pp. 231, 236-241), provavelmente por diversos motivos. Clanchy sugere que o mais profundo deles era provavelmente que “a datação exigia que o escriba expressasse sua opinião sobre seu lugar no tempo” (1979, p. 238), o que requeria que escolhesse um ponto de referência. Que ponto? Ele deveria localizar esse documento por referência à criação do mundo? À Crucificação? Ao nascimento de Cristo? Os papas datavam assim os seus documentos, do nascimento de Cristo, mas não seria uma presunção datar um documento secular como os papas datavam os seus? Nas culturas de alta tecnologia, atualmente, todos vivemos, todos os dias, em uma moldura de tempo computado abstratamente, imposto por milhares de calendários impressos, relógios de parede e relógios de pulso. Na Inglaterra do século XII, não havia relógios de parede ou relógios de pulso ou calendários de mesa.

Antes que a escrita fosse profundamente interiorizada pela impressão, as pessoas não se sentiam situadas, a cada momento de suas vidas, em qualquer tipo de tempo computado abstratamente. Parece improvável que a maioria das pessoas na Europa Ocidental medieval ou até mesmo renascentista estivessem comumente conscientes do número do ano calendário corrente – contado a partir do nascimento de Cristo ou de qualquer outro ponto no passado. Por que estariam? A indecisão quanto a partir de que ponto computar o tempo atestava as trivialidades da questão. Em uma cultura sem jornais ou outro tipo de material correntemente datado para ser impingido à consciência, qual a utilidade, para a maioria das pessoas, de saber o ano calendário corrente? O número do calendário abstrato não estaria relacionado a nada na vida real. A maioria das pessoas não sabia nem mesmo tentava descobrir em que ano havia nascido.

Além disso, as escrituras eram indubitavelmente associadas de algum modo a prendas simbólicas, como facas ou espadas. Elas eram identificáveis por sua aparência. E, de fato, as escrituras eram com muita frequência forjadas para se assemelhar ao que um tribunal (embora equivocadamente) achava que devia parecer (Clanchy 1979, p. 249, citando P.H. Sawyer). “Os falsificadores”, sublinha Clanchy, não constituíam “desvios ocasionais nas periferias da prática legal”, mas eram “peritos entrincheirados no centro da cultura literária e intelectual do século XII.” Das 164 escrituras ainda existentes de Eduardo, o Confessor, 44 são certamente falsificadas, apenas 64 com certeza genuínas e o resto não se sabe em qual dos casos se encontra.

Os erros verificáveis resultantes dos procedimentos econômicos e jurídicos ainda radicalmente orais que Clanchy cita eram mínimos, porque o passado mais remoto era, em sua maior parte, inacessível à consciência. “A verdade lembrada era... flexível e recente” (Clanchy 1979, p. 233). Como vimos em exemplos de Gana e da Nigéria modernas (Goody e Watt 1968, pp. 31-34), em uma economia de pensamento oral, questões do passado sem qualquer relevância presente comumente caíam no esquecimento. A lei consuetudinária, desbastada de material não mais em uso, era automaticamente sempre atualizada e, portanto, jovem – um fato que, paradoxalmente, faz com que a lei consuetudinária pareça inevitável e, portanto, muito velha (cf. Clanchy 1979, p. 233). As pessoas cuja visão de mundo foi formada por uma cultura escrita elevada têm a necessidade de

lembrar que, nas culturas funcionalmente orais, o passado não é percebido como um terreno especificado em itens, salpicado de “fatos” ou informações verificáveis e discutidas. É o domínio dos ancestrais, uma fonte ressonante de consciência renovadora da existência presente, que em si mesma não é um terreno especificado em itens. A oralidade não conhece listas, tabelas ou números.

Goody (1977, pp. 52-111) examinou detalhadamente a importância noética de tabelas e registros, dos quais o calendário é um dos exemplos. A escrita torna possível tais aparatos. De fato, a escrita foi, em certo sentido, inventada em boa medida para fazer coisas como registros: a grande maioria dos escritos mais antigos que conhecemos, os de escrita cuneiforme dos sumérios, que começam por volta de 3500 a.C., são registros de cálculos. As culturas orais primárias comumente situam seus equivalentes de registros em narrativas, como no catálogo dos barcos e dos chefes na *Ilíada* (ii.461-879) – não um registro de contas objetivo, mas uma exposição operacional em uma história sobre uma guerra. No texto da Torá, que registrou por escrito formas de pensamento ainda basicamente orais, o equivalente da geografia (estabelecendo a relação de um lugar com outro) é posto em uma narrativa de ação formular (Números 33:16 ss.): “Partindo do deserto do Sinai, eles acamparam em Quibrote-Ataavá. Partindo de Quibrote-Ataavá, acamparam em Hazerote. Partindo de Hazerote, acamparam em Ritmá...” e assim por muitos versos mais. Até mesmo as genealogias dessa tradição de moldura oral são na verdade comumente narrativas. Em vez de uma recitação de nomes, encontramos uma seqüência de “gerou”, de afirmações do que alguém fez: “Trade gerou Meujael, Meujael gerou Metusael, Metusael gerou Lameque” (Gênesis 4:18). Esse tipo de acumulação deriva parcialmente da tendência oral para explorar o equilíbrio (a recorrência de sujeito-predicado-objeto cria um ritmo que auxilia na recordação, um ritmo de que careceria uma mera seqüência de nomes), em parte da tendência oral para a redundância (cada indivíduo é mencionado duas vezes, como gerador e como gerado), e parcialmente da tendência oral para antes narrar do que simplesmente justapor (os indivíduos não são imobilizados, como em um alinhamento militar, mas estão fazendo algo, isto é, “gerando”).

Essas passagens bíblicas obviamente são registros escritos, mas provêm de uma sensibilidade e de uma tradição oralmente constituídas.

Não são percebidas como uma coisa, mas como reconstituições de eventos no tempo. Seqüências oralmente apresentadas são sempre ocorrências no tempo, impossíveis de “examinar”, porque não são apresentadas visualmente, são antes enunciados que são ouvidos. Em uma cultura oral primária ou em uma cultura com forte resíduo oral, nem mesmo as genealogias são “registros” de dados, são antes “memória de canções cantadas”. Os textos são coisas, imobilizados no espaço visual, sujeitos ao que Goody chama de “esquadrinhamento retrospectivo” (1977, pp. 49-50). Goody mostra em detalhes como, quando os antropólogos expõem em uma superfície escrita ou impressa registros de vários itens encontrados em mitos orais (clãs, regiões do planeta, tipos de ventos e assim por diante), eles na verdade deformam o mundo mental no qual os mitos têm sua própria existência. A satisfação proporcionada pelos mitos é essencialmente não “coerente” numa forma tabular.

Registros do tipo discutido por Goody são obviamente úteis quando estamos conscientes da distorção que eles inevitavelmente criam. A apresentação visual do material verbalizado no espaço possui sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura. Os textos, em vários registros em todo o mundo, são lidos diferentemente da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, ou todos esses modos ao mesmo tempo, como em uma escrita bustrofédon, mas nunca em lugar algum, pelo que se sabe, de baixo para cima. Os textos assimilam a enunciação ao corpo humano. Eles introduzem um gosto por “cabeçalhos” em acumulação de conhecimento: “capítulo” deriva do latim *caput*, que significa “cabeça” (como a do corpo humano). As páginas não possuem apenas “cabeças”, mas também “pés”, para notas de rodapé. Fazem-se referências ao que está “acima” e “abaixo” em um texto, quando o que se quer dizer são várias páginas atrás ou adiante. A importância do vertical e do horizontal em textos merece um estudo sério. Kerckhove (1981, pp. 10-11) sugere que o desenvolvimento do hemisfério esquerdo do cérebro governou a tendência, na escrita grega antiga, para o movimento da direita para a esquerda, para o movimento bustrofédon (padrão “arado de boi”, uma linha indo para a direita, depois uma volta na ponta para a outra linha, que vai da direita para a esquerda, sendo as letras invertidas segundo a direção da linha), para o estilo *stoichedon* (linhas verticais) e, finalmente, para o movimento definitivo da esquerda para a direita, em uma linha horizontal. Tudo isso

constitui um mundo de ordem, totalmente diferente de tudo o que existe na sensibilidade oral, que não tem como operar com “cabeçalhos” ou com linearidade verbal. Em qualquer lugar do mundo, o alfabeto, o implacavelmente eficiente redutor do som ao espaço, é posto a serviço imediato do estabelecimento das novas seqüências definidas espacialmente: os itens são marcados com *a*, *b*, *c* e assim por diante, para indicar a seqüência, e até mesmo os poemas, nos primeiros tempos da cultura escrita, eram compostos com a primeira letra da primeira palavra de versos sucessivos seguindo a ordem do alfabeto. O alfabeto como uma simples seqüência de letras constitui uma ponte importante entre a mnemônica oral e a mnemônica letrada: geralmente a seqüência das letras do alfabeto é memorizada oralmente, e depois usada para a recuperação visual do material, como nos índices.

As tabelas, que ordenam elementos de pensamento não simplesmente em uma linha de categoria, mas simultaneamente em ordens horizontais e entrecruzadas, representam uma moldura de pensamento ainda mais distante do que os registros em relação aos processos noéticos que devem representar. O uso extensivo de registros e particularmente de tabelas, tão comum em nossas culturas de alta tecnologia, é resultado não apenas da escrita, mas da profunda interiorização da impressão (Ong 1958b, pp. 307-318 e *passim*), que implementa o uso de tabelas diagramáticas fixas de palavras e outros usos informativos do espaço neutro muito além de qualquer coisa factível em qualquer cultura escrita.

#### *Sobre a dinâmica da textualidade*

A situação das palavras em um texto é muito diferente da sua situação na linguagem falada. Embora se refiram a sons e não tenham sentido até que possam ser relacionadas – externamente ou na imaginação – aos sons ou, mais precisamente, aos fonemas que codificam, as palavras escritas estão isoladas do contexto pleno no qual as palavras faladas nascem. As palavras, em seu hábitat natural, oral, são parte de um presente real, existencial. A enunciação oral é dirigida por um indivíduo real, vivo, a outro indivíduo real, vivo, ou indivíduos reais, vivos, em um tempo específico em um cenário real que inclui sempre muito mais do que meras palavras. As palavras faladas constituem sempre modificações

de uma situação que é mais do que verbal. Elas nunca ocorrem sozinhas, em um contexto simplesmente de palavras.

No entanto, as palavras estão sozinhas em um texto. Além disso, ao compor um texto, ao “escrever” algo, aquele que produz a enunciação escrita está igualmente sozinho. Escrever é uma operação solipsística. Estou escrevendo um livro que, espero, será lido por centenas de milhares de pessoas; portanto, devo estar isolado de todos. Enquanto escrevo o presente livro, deixo um aviso de que estou “fora” durante horas e dias – para que ninguém, incluindo indivíduos que irão presumivelmente ler o livro, possa interromper minha solidão.

Em um texto, até mesmo as palavras carecem de suas qualidades plenamente fonéticas. Na linguagem falada, uma palavra deve ter esta ou aquela entoação ou tom de voz – animado, excitado, calmo, irado, resignado ou qualquer que seja. É impossível pronunciar uma palavra oralmente sem qualquer entoação. Em um texto, a pontuação pode sinalizar um tom de forma mínima: um ponto de interrogação ou uma vírgula, por exemplo, geralmente requerem que a voz se eleve um pouco. A tradição letrada, adotada e adaptada por críticos habilidosos, pode também prover algumas pistas extratextuais para as entoações, mas elas não serão completas. O atores gastam horas decidindo como realmente pronunciar as palavras do texto que está diante deles. Uma determinada passagem poderia ser pronunciada por um ator em um brado; por outro, em um sussurro.

O contexto extratextual está ausente não apenas para os leitores, mas também para o escritor. A falta de um contexto verificável é o que torna a escrita normalmente uma atividade tão mais angustiante do que a apresentação oral para um público real. “O público do escritor é sempre uma ficção” (Ong 1977, pp. 53-81). O escritor precisa construir um papel ao qual leitores ausentes e muitas vezes desconhecidos possam se moldar. Até mesmo ao escrever a um amigo íntimo preciso construir uma ficção de estado de espírito para ele, ao qual ele deve se moldar. O leitor precisa também construir uma ficção para o escritor. Quando meu amigo ler minha carta, posso estar em um estado de espírito totalmente diferente do momento em que a escrevi. De fato, posso muito bem estar morto. Para que um texto comunique sua mensagem, não importa que o autor esteja vivo ou morto.

A maioria dos livros existentes hoje foi escrita por pessoas que estão agora mortas. A enunciação falada vem apenas dos vivos.

Até mesmo em um diário pessoal dirigido a mim mesmo preciso construir uma ficção de destinatário. De fato, o diário requer, de certo modo, o máximo de ficcionalização do enunciador e do destinatário. A escrita é sempre uma espécie de imitação de conversa, e em um diário, portanto, finjo estar falando comigo mesmo. Mas eu nunca falo realmente comigo mesmo desse modo. Nem poderia, sem a escrita e, na verdade, sem a impressão. O diário pessoal constitui uma forma literária muito tardia, na verdade desconhecida até o século XVII (Boerner 1969). O tipo de devaneios solipsísticos verbalizados que ele implica são um produto da consciência moldada pela cultura impressa. E para qual “eu” estou eu escrevendo? Eu mesmo hoje? Para o eu que penso que serei daqui a dez anos? Como espero ser então? Para mim mesmo como me imagino ou espero que os outros me imaginem? Perguntas como essas podem encher – e realmente encham – escritores de diários de angústias; e muitas vezes levam à interrupção dos diários. O memorialista já não pode conviver com sua ficção.

Os modos como os leitores são imaginados constituem o lado inferior da história literária, cujo cume é a história dos gêneros e o tratamento do personagem e do enredo. Os escritos antigos fornecem ao leitor auxílios visíveis para que se situe imaginativamente. Eles apresentam um material filosófico em diálogos, como os do Sócrates de Platão, os quais o leitor pode imaginar estar ouvindo por acaso. Ou os episódios devem ser imaginados como episódios contados a um público ao vivo em dias sucessivos. Mais tarde, na Idade Média, os escritos apresentarão textos filosóficos e teológicos na forma objeção-e-resposta, para que o leitor possa imaginar um debate oral. Boccaccio e Chaucer fornecerão ao leitor grupos fictícios de homens e mulheres contando histórias uns para os outros, isto é, uma “moldura histórica”, para que o leitor possa fingir ser um dos membros do grupo ouvinte. Mas quem está falando com quem em *Orgulho e preconceito* ou em *O vermelho e o negro*, ou em *Adam Bede*? Os romancistas do século XIX salmodiam conscientemente “caro leitor” repetidas vezes para lembrar que não estão contando uma história, mas escrevendo-a, de modo que tanto o autor quanto o leitor estão tendo dificuldades em se situar. A psicodinâmica da escrita amadureceu muito lentamente na narrativa.

E como o leitor deve se imaginar diante de *Finnegan's Wake*? Apenas um leitor. Porém, de um tipo ficcional. A maioria dos leitores de inglês não poderá ou não desejará se tornar o tipo especial de leitor exigido por Joyce. Alguns fazem cursos em universidades para aprender como se imaginar *à la* Joyce. Embora o texto de Joyce seja muito oral, no sentido de que se lê bem em voz alta, a voz e seus ouvintes não cabem em qualquer cenário de vida real imaginável, mas apenas no cenário imaginativo de *Finnegan's Wake*, que é imaginável apenas em virtude da escrita e da impressão que o precederam. *Finnegan's Wake* foi composto em escrita, mas para a impressão: com sua ortografia e seus usos idiossincráticos, seria virtualmente impossível multiplicá-lo de modo exato em cópias manuscritas. Não há mimese, aqui, no sentido aristotélico, salvo ironicamente. A escrita é de fato a sementeira da ironia, e quanto mais durar a tradição escrita (e impressa), mais forte será o desenvolvimento irônico (Ong 1971, pp. 272-302).

#### *Distância, exatidão, grafoletos e magnavocabulários*

O distanciamento que a escrita realiza desenvolve um novo tipo de exatidão na verbalização, tirando-a do contexto existencialmente rico, mas caótico, de muitas das enunciações orais. As apresentações orais podem ser impressionantes em sua grandiloquência e sua sabedoria comunal, quer sejam longas, como na narrativa formal, quer sejam breves e apotegmáticas, como nos provérbios. Todavia, a sabedoria tem a ver com um contexto social total e relativamente infrangível. A linguagem e o pensamento tratados oralmente não são conhecidos por sua exatidão analítica.

Evidentemente, toda linguagem e todo pensamento são até certo ponto analíticos: eles decompõem o denso *continuum* da experiência, a “grande, maldita, murmurante confusão” de William James, em partes mais ou menos separadas, segmentos significativos. Porém, as palavras escritas refinam a análise, pois se exige mais das palavras individualmente. Para nos fazermos entender sem gestos, sem expressão facial, sem entoação, sem um ouvinte real, temos de prever cuidadosamente todos os significados possíveis que uma afirmação possa ter para qualquer leitor possível, em qualquer situação possível, e temos de fazer com que nossa linguagem funcione de modo a se tornar clara apenas por si, sem nenhum contexto

existencial. A necessidade desse cuidado excepcional transforma a escrita no trabalho angustiante que geralmente é.

O que Goody (1977, p. 128) chama de “esquadrinhamento retrospectivo” torna possível, na escrita, eliminar incoerências (Goody 1977, pp. 49-50), escolher palavras com uma seletividade refletida que investe o pensamento e as palavras de novos poderes discriminatórios. Em uma cultura oral, o fluxo de palavras, o correspondente fluxo de pensamento, os *copia* defendidos na Europa pelos retóricos da Antiguidade Clássica até a Renascença, tendem a lidar com as discrepâncias mediante glosas abundantes – a etimologia aqui é reveladora: *glossa*, língua, “linguando-as” de ponta a ponta. Com a escrita, as palavras, uma vez “proferidas”, exteriorizadas, postas na superfície, podem ser eliminadas, apagadas, mudadas. Não existe um equivalente para isso em uma apresentação oral, nenhum meio de apagar uma palavra falada: as correções não removem uma frase infeliz ou um erro, elas meramente complementam-nos com negativa e remendo. O *bricolage* ou o remendo que Lévi-Strauss (1966, 1970) julga característicos dos padrões mentais “primitivos” ou “selvagens” podem ser vistos aqui como consequência da situação noética oral. As correções em apresentações orais tendem a ser contraproducentes, a tornar o falante muito pouco convincente. Portanto, nós as reduzimos a um mínimo, ou então as evitamos totalmente. Na escrita, as correções podem ser tremendamente produtivas, pois como poderá o leitor saber se foram feitas?

Evidentemente, uma vez interiorizada a busca quirográfica inicial de precisão e exatidão analítica, ela pode retroagir na fala, e o faz. Embora o pensamento de Platão seja expresso na forma de diálogo, sua excepcional precisão se deve aos efeitos da escrita sobre os processos noéticos, pois os diálogos são, na verdade, textos escritos. Por meio de um texto tratado quirograficamente, expresso na forma de diálogo, eles se movem dialeticamente em direção ao esclarecimento analítico de questões que Sócrates e Platão haviam herdado na forma mais “totalizada”, não-analítica, narrativa, oral.

Em *The greek concept of justice: From its shadow in Homer to its substance in Plato* [O conceito grego de justiça: De sua obscuridade em Homero a sua solidez em Platão] (1978a), Havelock tratou do movimento que Platão levou ao ponto crítico. A objetividade analítica com que Platão

tratou do conceito abstrato de justiça não pode ser encontrada em nenhuma das culturas puramente orais conhecidas. Analogamente, a objetividade letal nas questões e nas fraquezas dos adversários, presente nas orações de Cícero, é obra de uma mente letrada, embora saibamos que Cícero não compôs seus discursos por escrito antes de proferi-los, escreveu-os posteriormente, tais como os conhecemos (Ong 1967b, pp. 56-57). Os debates orais refinadamente analíticos nas universidades medievais e na tradição escolástica posterior até o século atual (Ong 1981, pp. 137-138) foram obra de mentes afiadas por textos escritos e pela leitura e comentário de textos, oralmente e por escrito.

Ao separar o conhecedor do conhecido (Havelock 1963), a escrita permite uma articulação crescente da introspecção, abrindo a psique como nunca antes ao mundo objetivo externo, muito diferente dela própria, mas também do eu interior com o qual o mundo objetivo é comparado. A escrita torna possíveis as grandes religiões introspectivas como o budismo, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Todas elas possuem textos sagrados. Os antigos gregos e romanos conheciam a escrita e a usavam, particularmente os gregos, para construir o conhecimento filosófico e científico. Porém, não criaram textos sagrados comparáveis aos Vedas, à Bíblia ou ao Corão, e sua religião deixou de se estabelecer nos recessos da psique que a escrita lhes abria. Ela se tornou apenas um recurso literário elegante e arcaico para escritores como Ovídio e uma moldura para práticas exteriores, carentes de significado pessoal premente.

A escrita desenvolve códigos em uma linguagem diferente dos códigos orais na mesma língua. Basil Bernstein (1974, pp. 134-135, 176, 181, 197-198) distingue o “código lingüístico restrito” ou a “linguagem pública” dos dialetos ingleses das classes baixas na Grã-Bretanha e o “código lingüístico elaborado” ou a “linguagem privada” dos dialetos das classes média e alta. Walt Wolfram (1972) havia apontado anteriormente distinções como as de Bernstein entre o inglês dos negros norte-americanos e o inglês norte-americano padrão. O código lingüístico restrito pode ser pelo menos tão expressivo e exato quanto o código elaborado em contextos que são familiares e compartilhados pelo falante e pelo ouvinte. Para lidar com o não familiar de modo expressivo e exato, no entanto, o código lingüístico restrito não funcionará; é absolutamente necessário um código lingüístico elaborado. A origem e o uso do código lingüístico

restrito evidentemente são em grande parte orais e, como o pensamento e a expressão orais em geral, operam funcionalmente, próximos ao mundo da vida humana cotidiana: o grupo que Bernstein encontrou usando esse código era composto de meninos mensageiros sem nenhuma escolaridade. Sua expressão possui um ar de fórmula e encadeia pensamentos não em uma subordinação cuidadosa, mas “como contas em uma caixa” (1974, p. 134) – reconhecidamente o modo formular e acumulativo da cultura oral. O código elaborado é formado com o auxílio obrigatório da escrita e, para uma elaboração plena, da impressão. O grupo encontrado por Bernstein usando esse código pertencia às seis principais escolas públicas que fornecem a mais intensiva educação em leitura e escrita na Grã-Bretanha (1974, p. 83). Os códigos lingüísticos “restrito” e “elaborado” de Bernstein poderiam ser re intitulados “de base oral” e “de base textual”, respectivamente. Olson (1977) mostrou como a oralidade relega o significado em grande parte ao contexto, ao passo que a escrita concentra o significado na própria linguagem.

A escrita e a impressão criam tipos especiais de dialetos. A maioria das línguas nunca foi posta em escrita, como se viu (p. 15). Porém certas línguas, ou mais propriamente dialetos, investiram enormemente na escrita. Muitas vezes, como na Inglaterra, na Alemanha ou na Itália, onde se encontra uma grande quantidade de dialetos, um dialeto regional desenvolveu-se quirograficamente mais do que os outros, por motivos econômicos, políticos, religiosos ou outros, e finalmente se tornou uma língua nacional. Na Inglaterra, isso aconteceu com o dialeto da classe alta londrina; na Alemanha, com o alto alemão (o alemão das regiões montanhosas do sul); na Itália, com o toscano. Conquanto seja verdade que eles eram todos, em sua essência, dialetos regionais e/ou de classe, seu *status* como línguas nacionais quirograficamente controladas tornou-os espécies de dialetos ou línguas diferentes daqueles que não são escritos em larga escala. Como ressaltou Guxman (1970, pp. 773-776), uma língua escrita nacional teve de ser isolada da base dialetal original, descartou certas formas dialetais, desenvolveu várias camadas de vocabulário com base em fontes absolutamente não-dialetais, além de certas peculiaridades sintáticas. A esse tipo de linguagem estabelecida escrita Haugen (1966, pp. 50-71) chamou, com propriedade, “grafeleto”.

Um grafoleto moderno como o “inglês”, para usar o termo que é comumente usado para referir a esse grafoleto, foi trabalhado durante séculos, primeiro e mais intensamente, ao que parece, pela chancelaria de Henrique V (Richardson 1980), depois pelos teóricos normativistas, gramáticos, lexicógrafos e outros. Foi registrado maciçamente em escrita e impressão e agora em computadores, de forma que os que possuem competência no grafoleto atualmente podem estabelecer facilmente contato não apenas com milhares de outras pessoas, mas também com o pensamento do passado de séculos atrás, pois os outros dialetos do inglês, assim como milhares de línguas estrangeiras, são interpretados no grafoleto. Nesse sentido, o grafoleto inclui todos os outros dialetos: ele os explica de uma maneira que eles mesmos não poderiam fazer. O grafoleto traz as marcas de milhares de mentes que o usaram para compartilhar entre si sua consciência. Nele foi forjado um vasto vocabulário de uma ordem de magnitude impossível para uma língua oral. O *Webster's Third New International Dictionary* (1971) afirma em seu Prefácio que poderia ter “multiplicado muitas vezes” as 450 mil palavras que realmente inclui. Admitindo-se que “multiplicado muitas vezes” deva significar pelo menos três vezes, e arredondando os números, podemos entender que os editores têm em mãos um registro de cerca de um milhão e meio de palavras usadas em impressão em inglês. As línguas e os dialetos orais podem se arranjar com uma pequena fração desse número.

A riqueza léxica dos grafoletos começa com a escrita, porém sua plenitude se deve à impressão, pois os recursos de um grafoleto moderno estão disponíveis em grande parte por meio dos dicionários. Há registros limitados de palavras de vários tipos desde muito cedo na história da escrita (Goody 1977, pp. 74-111), mas enquanto a impressão não esteve bem estabelecida não houve dicionários que tentassem computar de forma generalizada e abrangente as palavras em uso em qualquer língua. É fácil entender por que é assim se pensarmos no que significaria fazer até mesmo umas poucas dúzias de cópias relativamente precisas do *Webster's Third* ou mesmo do *Webster's New Collegiate Dictionary*, que é muito menor. Dicionários como esses estão a anos-luz do mundo das culturas orais. Nada ilustra de modo mais impressionante como a escrita e a impressão alteram os estados de consciência.

Onde existem grafoletos, a gramática e o uso “corretos” são popularmente interpretados como a gramática e o uso do próprio grafoleto, à exclusão da gramática e do uso de outros dialetos. As bases sensoriais do próprio conceito de ordem são em boa parte visuais (Ong 1967b, pp. 108, 136-137), e o fato de que o grafoleto seja escrito ou, *a fortiori*, impresso, favorece a idéia de lhe atribuir um poder normativo especial para manter a língua em ordem. Porém, quando outros dialetos de uma dada língua – além do grafoleto – diferem da gramática do grafoleto, eles não são não agramaticais: estão simplesmente usando uma gramática diferente, pois a língua é uma estrutura e é impossível usar a língua sem uma gramática. À luz desse fato, os lingüistas hoje comumente insistem em que todos os dialetos são iguais no sentido de que nenhum possui uma gramática intrinsecamente mais “correta” do que a dos outros. Mas Hirsch (1977, pp. 43-50) vai mais além e diz que, em um sentido profundo, nenhum outro dialeto, por exemplo em inglês, alemão ou italiano, possui algo remotamente semelhante aos recursos do grafoleto. É má pedagogia insistir nisso, porque não há nada “errado” com os outros dialetos, não faz nenhuma diferença se os falantes de um outro dialeto aprendem ou não o grafoleto, que possui recursos de uma ordem de magnitude inteiramente diferente.

#### *Interações: A retórica e os lugares*

Dois grandes desenvolvimentos especiais no Ocidente derivam da interação da escrita e da oralidade – e a afetam. São a retórica acadêmica e o latim culto.

Em seu terceiro volume da *Oxford history of English literature*, C.S. Lewis observou que “a retórica constitui o maior obstáculo entre nós e nossos antepassados” (1954, p. 60). Lewis honra a magnitude da questão ao se recusar a tratar dela, apesar de sua extraordinária relevância para a cultura em todas as épocas, pelo menos até a era romântica (Ong 1971, pp. 1-22, 255-283). O estudo da retórica dominante em todas as culturas ocidentais até aquela época havia começado como o núcleo da educação e da cultura gregas antigas. Na Grécia Antiga, o estudo da “filosofia”, representada por Sócrates, Platão e Aristóteles, a despeito de toda a fecundidade subsequente, constituía um elemento menor na cultura

grega, nunca competindo com a retórica, quer no número de seus praticantes, quer em seus efeitos sociais imediatos (Marrou 1956, pp. 194-205), como sugere o infeliz destino de Sócrates.

A retórica estava na raiz da arte de falar em público, da comunicação oral para a persuasão (retórica forense e deliberativa) ou para a exposição. O *rhetor* grego provém da mesma raiz que o latim *orator* e significa falante público. Nas perspectivas desenvolvidas por Havelock (1963), pareceria óbvio que, em um sentido muito profundo, a tradição retórica representasse o velho mundo oral, e a tradição filosófica, as novas estruturas quirográficas de pensamento. Como Platão, C.S. Lewis estava, inconscientemente na verdade, voltando as costas ao mundo oral. Durante séculos, até a era romântica (quando o ímpeto retórico foi desviado, definitiva senão totalmente, da apresentação oral para a escrita), um comprometimento explícito ou até mesmo implícito com o estudo e a prática formais da retórica constituem um indício do montante de oralidade primária residual em uma dada cultura (Ong 1971, pp. 23-103).

Os gregos homéricos e pré-homéricos, como em geral os povos orais, praticavam o falar em público com grande habilidade muito depois que suas habilidades foram reduzidas a uma “arte”, isto é, a um corpo de princípios sequencialmente organizado, científico, que explicava e sustentava a persuasão verbal. Essa “arte” é apresentada na *Arte retórica* (*technē rhētorikē*) de Aristóteles. As culturas orais, como vimos, não comportam “artes” dessa espécie organizada. Ninguém podia ou pode simplesmente recitar de improviso um tratado como a *Arte retórica* de Aristóteles, como alguém em uma cultura oral deveria fazer se esse tipo de entendimento devesse ser implementado. As produções orais longas seguem padrões mais acumulativos, menos analíticos. A “arte” da retórica, embora dissesse respeito à linguagem falada, foi, como as outras “artes”, produto da escrita.

As pessoas de uma cultura de alta tecnologia que se tornam conscientes da vasta literatura do passado que trata da retórica – da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média e pela Renascença, à Era das Luzes (por exemplo, Kennedy 1980; Murphy 1974; Howell 1956, 1971) –, do interesse universal e obsessivo pelo assunto durante as eras e da quantidade de tempo despendido em estudá-lo, da vasta e complicada terminologia para classificar centenas de figuras de linguagem em grego e

em latim – *antinomasia* ou *pronominatio*, *paradiastole* ou *distinctio*, *anti-categoria* ou *accusatio concertativa* etc., etc. (Lanham 1968; Sonnino 1968) – provavelmente reagirão com um “Que perda de tempo!”. Mas, para seus primeiros descobridores ou inventores, os sofistas da Grécia do século V, a retórica era algo maravilhoso. Ela fornecia uma lógica racional para o que lhes era mais caro, a apresentação oral eficaz e muitas vezes pomposa, algo que havia sido uma parte distintivamente humana da existência humana durante séculos, mas que, antes da escrita, nunca se poderia ter sido preparada ou explicada de modo tão refletido.

A retórica reteve muito da velha tendência oral para o pensamento e a expressão basicamente agonísticos e formulares. Isso se mostra claramente no ensino retórico dos “lugares” (Ong 1967b, pp. 56-87; 1971, pp. 147-187; Howell 1956, Índice). Com sua herança agonística, o ensino retórico assumia que o objetivo de praticamente todo discurso era demonstrar ou refutar uma questão contra alguma oposição. O desenvolvimento de um tema era visto como um processo de “invenção”, isto é, de encontrar no estoque de argumentos que outros sempre haviam explorado os que eram aplicáveis ao caso. Esses argumentos eram considerados alojados ou “assentados” (termo de Quintiliano) nos “lugares” (*topoi* em grego, *loci* em latim) e eram muitas vezes chamados *loci communes* ou lugares-comuns quando se julgava que fornecessem argumentos comuns a todo e qualquer assunto.

Desde pelo menos a época de Quintiliano, os *loci communes* foram tomado em dois sentidos diferentes. No primeiro, referiam-se aos “assentos” de argumentos, considerados como “cabeçalhos” abstratos no debate atual, tais como definição, causa, efeito, contrastes, semelhanças e assim por diante (a classificação variava em tamanho de um autor para outro). Quando se desejasse desenvolver uma “prova” – deveríamos dizer simplesmente desenvolver uma linha de pensamento – sobre qualquer assunto, tal como a lealdade, o mal, a culpa de um acusado de crime, a amizade, a guerra etc., dever-se-ia sempre encontrar algo para dizer definindo, procurando causas, efeitos, contrastes e tudo o mais. Esses cabeçalhos podem ser intitulados “lugares-comuns analíticos”. No segundo sentido, os *loci communes* ou lugares-comuns referiam-se a coleções de ditos (na verdade, fórmulas) sobre vários tópicos – tais como lealdade, decadência, amizade etc. –, que poderiam caber na composição do próprio discurso oral ou escrito. Nesse sentido,

os *loci communes* podem ser intitulados “lugares-comuns cumulativos”. Tanto os lugares-comuns analíticos quanto os cumulativos, está claro, mantinham viva a velha tendência oral para o pensamento e a expressão feitos essencialmente de material formular ou eram fixos de outra maneira, herdados do passado. Dizer isso não é explicar toda a doutrina complexa, que em si mesma era parte integrante da enorme arte da retórica.

A retórica, é claro, é essencialmente antitética (Durand 1960, pp. 451, 453-459), pois o orador fala diante de adversários pelo menos implícitos. A oratória tem raízes profundamente agonísticas (Ong 1967b, pp. 192-222; 1981, pp. 119-148). O desenvolvimento da vasta tradição retórica foi característico do Ocidente e estava relacionado, como causa, como efeito ou ambos, à tendência entre os gregos e seus epígonos culturais a maximizar as oposições, tanto no mundo mental quanto no extramental, ao contrário dos indianos e dos chineses, que programaticamente os minimizam (Lloyd 1966; Oliver 1971).

Da Antiguidade grega em diante, a predominância da retórica no conhecimento acadêmico criou em todo o mundo letrado uma impressão, real embora muitas vezes vaga, de que a oratória constituía o paradigma de toda expressão verbal e manteve o tom agonístico do discurso extremamente alto pelos padrões atuais. A própria poesia foi frequentemente absorvida pela oratória epidêitica e considerada intimamente relacionada basicamente ao encômio ou à censura (como muito da poesia oral e até mesmo escrita é ainda hoje).

No século XIX, a maior parte do estilo literário em todo o Ocidente foi formada pela retórica acadêmica, de um modo ou de outro, com uma notável exceção: o estilo literário de mulheres autoras. Das mulheres que se tornaram escritoras publicadas, como tantas desde 1600, praticamente nenhuma teve tal treinamento. Da época medieval em diante, a educação de meninas foi muitas vezes intensa e produziu administradoras de negócios domésticos eficientes, às vezes compostos de 50 a 80 pessoas que exerciam atividades de tamanho considerável (Markham 1675, título), mas essa educação não era adquirida em instituições acadêmicas, que ensinavam retórica e todos os outros assuntos em latim. Quando começaram a frequentar escolas em certa quantidade durante o século XVII, as meninas não entraram em escolas de latim de primeira linha, mas nas

mais novas, vernaculares. Estas possuíam uma orientação prática para o comércio e outras ocupações, ao passo que as escolas mais antigas, com instrução baseada no latim, eram para aqueles que aspiravam a ser clérigos, advogados, médicos, diplomatas e outros servidores públicos. As mulheres escritoras eram sem dúvida alguma influenciadas por obras que haviam lido e que provinham da tradição de fundamento latino, acadêmica, retórica, mas elas próprias se exprimiam normalmente em um tom diferente, muito menos oratório, que tinha muito a ver com a ascensão do romance.

### *Interações: Línguas cultas*

O segundo grande desenvolvimento no Ocidente que afetou a interação entre escrita e oralidade foi o latim culto. O latim culto foi um resultado direto da escrita. Entre cerca de 550 e 700 d.C., o latim falado como vernáculo em várias regiões da Europa se desenvolveu em várias formas antigas de italiano, espanhol, catalão, francês e outras línguas românicas. Por volta de 700 d.C., os falantes desses rebentos do latim já não conseguiam entender o velho latim escrito, inteligível talvez para alguns de seus bisavós. Sua língua falada se afastara demasiadamente de suas origens. Porém, a escolaridade e, com ela, a maior parte do discurso oficial da Igreja ou do Estado, continuou em latim. Não havia realmente outra alternativa. A Europa era um pântano de centenas de línguas e dialetos, a maioria deles nunca escrita até hoje. As tribos falantes de inúmeros dialetos germânicos e eslavos e outros ainda mais exóticos, línguas que não pertenciam ao grupo indo-europeu como o magiar, o finlandês e o turco, estavam se introduzindo na Europa Ocidental. Não havia como traduzir as obras literárias, científicas, filosóficas, médicas ou teológicas ensinadas em escolas e universidades para a multidão de vernáculos orais, que muitas vezes possuíam formas diferentes, mutuamente ininteligíveis, entre populações talvez a apenas 50 milhas umas das outras. Até que um ou outro dialeto, por motivos econômicos ou outros, tornou-se dominante o bastante para ganhar adeptos até mesmo de outras regiões dialetais (como o dialeto do leste das Midlands, na Inglaterra, ou o *hochdeutsch*, na Alemanha), a única política prática era ensinar latim à quantidade limitada de meninos que iam à escola. O latim, outrora uma

língua materna, tornou-se assim uma língua escolar apenas, falado não somente nas salas de aula, mas também, em princípio – ainda que nem sempre de fato –, em todas as demais dependências escolares. Por ordem dos estatutos escolares, o latim tornou-se o latim culto, uma língua inteiramente controlada pela escrita, ao passo que os novos vernáculos românicos haviam se desenvolvido do latim como as línguas sempre haviam feito, oralmente. O latim havia sofrido um corte som-visão.

Em virtude de sua base na academia, que era totalmente masculina – com exceções raras o bastante para ser descartadas –, o latim culto teve uma outra característica em comum com a retórica, além de sua proveniência clássica. Durante mil anos, estava vinculado ao sexo, uma língua escrita e falada apenas por pessoas do sexo masculino, aprendida fora do lar, em um cenário tribal que era, na verdade, um cenário de rito de puberdade masculino, parte do castigo físico e de outros tipos de opressão deliberadamente impostos (Ong 1971, pp. 113-141; 1981, pp. 119-48). Ele não tinha nenhuma vinculação direta com o inconsciente de qualquer pessoa do tipo que as línguas maternas, aprendidas na infância, sempre têm.

Não obstante, de modo paradoxal, o latim culto estava relacionado com a oralidade e com a cultura escrita. Por um lado, como acabamos de observar, era uma língua quirograficamente controlada. Dos milhares que a falaram durante os 1400 anos seguintes, todos sabiam também escrevê-la. Não havia usuários puramente orais. Mas o controle quirográfico do latim culto não impediu sua aliança com a oralidade. Paradoxalmente, a textualidade que mantinha o latim enraizado na Antiguidade Clássica justamente o mantinha também enraizado na oralidade, pois o ideal clássico de educação havia sido produzir não o escritor competente, mas o *rhetor*, o *orator*, o orador público. A gramática do latim culto provinha desse mundo oral. Assim também seu vocabulário básico – embora, como todas as línguas realmente em uso, incorporasse milhares de novas palavras ao correr dos séculos.

Despido de balbucios, isolado da mais tenra infância, na qual a língua tem suas raízes mais profundamente psíquicas, nunca uma primeira língua para nenhum de seus usuários, pronunciado em toda a Europa de modos muitas vezes mutuamente ininteligíveis, mas sempre escrito da mesma maneira, o latim culto constituiu um exemplo impressionante do poder da escrita para isolar o discurso e da produtividade sem paralelo

desse isolamento. A escrita, como vimos anteriormente, serve para separar e distanciar o conhecedor do conhecido e, assim, estabelecer a objetividade. Sugeriu-se (Ong 1977, pp. 24-29) que o latim culto causa uma objetividade ainda maior pelo fato de fixar o conhecimento em um meio isolado das profundezas carregadas de emoção de uma língua materna, reduzindo assim a interferência do mundo da vida humana cotidiana e permitindo o mundo refinadamente abstrato da escolástica medieval e da nova ciência matemática moderna que se seguiu à experiência escolástica. Sem o latim culto, parece que a ciência moderna teria aberto caminho com uma dificuldade muito maior, se é que o teria feito. A ciência moderna nasceu do solo latino, pois os filósofos e cientistas até a época de Newton, comumente tanto escreviam quanto elaboravam seu pensamento abstrato em latim.

A interação entre essa língua controlada quirograficamente, como o latim culto, e os vários vernáculos (línguas maternas) está ainda longe de ser inteiramente entendida. Não há como simplesmente “traduzir” uma língua como o latim culto em línguas como as vernáculos. A tradução era transformação. A interação criou todos os tipos de resultados. Bäumli (1980, p. 264) chamou a atenção, por exemplo, para alguns dos efeitos quando as metáforas de um latim conscientemente metafórico eram transferidas para línguas maternas menos metaforizadas.

Durante esse período, outras línguas controladas quirograficamente, vinculada ao sexo, desenvolveram-se na Europa e na Ásia, onde populações letradas de tamanho considerável desejavam compartilhar de uma herança intelectual comum. Decididamente contemporâneos do latim culto eram o hebraico rabínico, o árabe clássico, o sânscrito e o chinês clássicos, juntamente com o grego bizantino, uma sexta língua culta de modo muito menos definido, pois o grego vernacular mantinha um contato estreito com ela (Ong 1977, pp. 28-34). Todas essas línguas cultas já não estavam em uso como línguas maternas (isto é, no sentido restrito, não usado pelas mães ao criar os filhos). Elas nunca constituíam primeiras línguas para nenhum indivíduo, eram controladas exclusivamente pela escrita, faladas apenas por pessoas do sexo masculino (com poucas exceções, embora talvez maiores no caso do chinês clássico do que nos demais) e eram faladas apenas por aqueles que sabiam escrevê-las e que, de fato, haviam-nas aprendido inicialmente pelo uso da escrita. Essas línguas já não existem e é difícil hoje perceber seu antigo poder. Todas as línguas usadas para o discurso culto

atualmente são também línguas maternas (ou, no caso do árabe, estão cada vez mais absorvendo línguas maternas). Nada mostra de modo mais convincente do que esse desaparecimento da língua controlada quirograficamente como a escrita está perdendo seu antigo monopólio de poder (embora não sua importância) no mundo atual.

### *A persistência da oralidade*

Como sugerem as relações paradoxais da oralidade e da cultura escrita na retórica e no latim culto, a transição da oralidade para a cultura escrita foi lenta (Ong 1967b, pp. 53-87; 1971, pp. 23-48). A Idade Média usava os textos muito mais do que a Grécia e a Roma antigas, os professores faziam preleções sobre textos nas universidades e, no entanto, nunca testavam o conhecimento ou a perícia intelectual pela escrita, mas sempre pelo debate oral – uma prática que continuou de modo decrescente até o século XIX e que hoje ainda sobrevive residualmente na defesa de teses de doutorado nos lugares cada vez mais raros onde essa prática ainda subsiste. Embora o humanismo renascentista tenha inventado a erudição textual moderna e presidido ao desenvolvimento da impressão tipográfica, ele também retornou à Antiguidade e, por esse motivo, deu nova vida à oralidade. O estilo inglês no período Tudor (Ong 1971, pp. 23-47), e mesmo muito depois, carregou um forte resíduo oral em seu uso de epítetos, ritmo, anáforas, estruturas formulares e lugares-comuns. Assim também os estilos literários da Europa Ocidental em geral.

Na Antiguidade Clássica ocidental, admitia-se pacificamente que um texto escrito de qualquer valor devia e merecia ser lido em voz alta, e a prática da leitura de texto em voz alta continuou, comumente com muitas variações, durante o século XIX (Balogh 1926). Essa prática influenciou fortemente o estilo literário, da Antiguidade até épocas muito recentes (Balogh 1926; Crosby 1936; Nelson 1976-1977; Ahern 1982). Ainda aspirando à velha oralidade, o século XIX desenvolveu disputas de “elocução”, que tentavam dar a textos impressos um ar primitivo, usando uma cuidadosa habilidade para memorizar os textos literalmente e recitá-los de modo que soassem como produções orais de improviso (Howell 1971, pp. 144-256). Dickens lia excertos de seus romances no palanque de orador. O célebre *McGuffey's readers*, de que foram publicadas nos

Estados Unidos cerca de 120 milhões de cópias entre 1836 e 1920, tinha como objetivo a terapêutica de leitura para aperfeiçoar não a leitura com vistas à compreensão que idealizamos hoje, mas a leitura oral, declamatória. O *McGuffey's* especializava-se em passagens tiradas da literatura “centradas no som”, relacionadas com grandes heróis (personagens orais “fortes”). Elas forneciam inúmeros exercícios de pronúncia oral e de respiração (Lynn 1973, pp. 16, 20).

A própria retórica emigrou, gradativa mas inevitavelmente, do mundo oral para o quirográfico. Desde a Antiguidade Clássica, as habilidades verbais aprendidas na retórica foram praticadas não apenas na oratória, mas também na escrita. Por volta do século XVI, das cinco partes tradicionais da retórica (invenção, disposição, estilo, memória e elocução), os manuais de retórica estavam comumente omitindo a quarta – memória –, que não era aplicável à escrita. Elas estavam também reduzindo a última, elocução (Howell 1956, pp. 146-172, 270 etc.). Em larga medida, fizeram essas mudanças com explicações especiosas ou nenhuma explicação. Atualmente, quando os currículos registram a retórica como uma matéria, isso significa meramente o estudo de como escrever com competência. Porém, ninguém conscientemente lançou um programa para dar essa nova orientação à retórica: a “arte” simplesmente seguiu a tendência da consciência de uma economia oral para uma economia escrita. A tendência foi concluída antes que se desse conta disso. Uma vez concluída, a retórica já não era a matéria predominante que fora outrora: a educação já não podia ser descrita como fundamentalmente retórica como no passado. Os três *Rs* – *reading*, *riting* e *ritbmetics*\* –, que representavam uma educação essencialmente não-retórica, livresca, comercial e doméstica, gradativamente se sobrepujaram à educação tradicionalmente fundada na oralidade, heróica, agonística, que havia geralmente preparado os jovens no passado para o ensino e o serviço público profissional, eclesiástico ou político. Durante o processo, à medida que o latim foi expulso, as mulheres entraram cada vez em maior número na academia, que também passou a ter uma orientação cada vez mais comercial (Ong 1967b, pp. 241-255).

\* Literalmente: “leitura”, “escrita” e “aritmética”, numa forma popular, estudantil, jocosa. (N.T.)